

ANEXO 1 - FISCALIZAÇÃO COM MONTANTE ACIMA DE R\$ 100 MILHÕES

ACOMPANHAMENTO - LICITAÇÃO					
eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0006232020	S10- Concorrência Internacional nº 001/SMT/2019; Objeto: Concessão onerosa para exploração, por particulares, do Serviço de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo. DOC 19.01.2019, pg. 64.	1.300.000.000,00	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0033662020	S10- Concorrência 02/2018/CET - Sinalização Viária Horizontal, Vertical, dispositivos de proteção e serviços complementares. Determinação às fls. 491 e 653 do TC 5358/2018.	194.585.339,88	CET	EDSON SIMOES	Concluída
Total		1.494.585.339,88			

ANÁLISE - CONTRATO					
eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0078022020	S10- Contrato 008/SMT/2020 - Concessão onerosa para exploração, por particulares, do serviço de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo (Concorrência 001/SMT/2019).	2.327.763.021,67	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0130302020	Execução de obras do programa de mobilidade urbana, compreendendo a execução do empreendimento 10 - Terminal Rodoviário Urbano - Itaquera.	417.004.341,89	SIURB	JA	Em andamento
	Aquisição de 465.500 unidades de DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS DO TIPO TABLET para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.	437.570.000,00	SME	MF	Em programação
Total		3.182.337.363,56			

REPRESENTAÇÃO					
eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0097402020	S10- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 4.800 MOBILIÁRIOS URBANOS - TIPO ABRIGO SP450 E 500 TOTENS EM PARADAS DE ÔNIBUS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DA CIDADE DE SÃO PAULO.	144.341.427,24	SPTrans	DD	Concluída
0125112020	S10- PE 43/20 - FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS, COM CHIP DE SEGURANÇA, SENDO NA MODALIDADE CRÉDITOS REFEIÇÃO, DESTINADOS AOS EMPREGADOS E ESTAGIÁRIOS DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET E NA MODALIDADE ALIMENTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E GRANDE SÃO PAULO PARA EMPREGADOS DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET, POR UM PERÍODO DE 24 MESES.	151.875.166,80	CET	DD	Concluída
Total		296.216.594,04			

ACOMPANHAMENTO - EDITAL					
TC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0084332018	S10- Pregão Presencial nº 002/SMT/2019 para contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito com equipamento/sistema eletrônico. (Memorandos GAB EES nº 316/2018).	1.284.419.028,60	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0000742020	S10- Licitação nº 001/2019 para prestação de serviços de modernização e manutenção do sistema semafórico da Cidade de São Paulo (Memorandos GAB DD nºs 001/20 e 003/20).	894.941.242,36	CET	DD	Concluída
0137072019	S10- Pareceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo (Determinação conforme Memorando GAB DD nº 108/2019).	5.227.200.000,00	SMT	DD	Concluída
0015002020	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E MERCADO POPULAR NA CIDADE DE SÃO PAULO, ACOMPANHADA DE INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, EMPREENDIMENTOS NÃO RESIDENCIAIS PRIVADOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ESPECIFICA	2.111.317.737,00	COHABSP	DD	Concluída
0028312020	Concorrência nº 002/SGM/2020 Processo Administrativo SEI nº 6071.2019/0000380-9 Interessados: PMSP, SGM. Objeto: Concessão dos serviços de gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dois) cemitérios e crematórios públicos, e da prestação de serviços funerários no município de São Paulo.	6.857.000.000,00	SGM	DD	Concluída
0039292020	CREDCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORME ESCOLAR AOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	142.107.475,00	SME	MF	Concluída
0038722020	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A REQUALIFICAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE 4 (QUATRO) RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS PLUVIAIS EXISTENTES E A CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INTERVENÇÕES DE DRENAGEM EM 5 (CINCO) MICROBACIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	1.156.320.000,00	SIURB	MF	Concluída
0046542020	Contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas às atividades da Rede Municipal de Ensino, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.	146.657.826,80	SME	MF	Concluída
0028312020	2º Edital - Concorrência nº 002/SGM/2020 Processo Administrativo SEI nº 6071.2019/0000380-9 Interessados: PMSP, SGM. Objeto: Concessão dos serviços de gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dois) cemitérios e crematórios públicos, e da prestação de serviços funerários no município de São Paulo.	6.857.000.000,00	SGM	DD	Concluída
0058712020	Contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas às atividades da Rede Municipal de Ensino, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.	144.385.041,67	SME	MF	Concluída
0068142020	S09 - PE 08/20 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA DE PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO E COMUNICAÇÃO DE DADOS, COM O CONCEITO DE NUVEM PRIVADA E PÚBLICA SOB DEMANDA, EM DOIS AMBIENTES DE ALTA DISPONIBILIDADE E MISSÃO CRÍTICA (DATA CENTERS), INCLUINDO SEGURANÇA, ESCALABILIDADE, GESTÃO E MONITORAMENTO DA OPERAÇÃO EM REGIME ININTERRUPTO, LICENÇAS DE SOFTWARES DE MERCADO, SUPORTE TÉCNICO DEDICADO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, PARA SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA (BILHETE ÚNICO) DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	240.070.576,87	SPTrans	DD	Concluída
0087962020	S10- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS PARA RETENÇÃO DOS VEÍCULOS REMOVIDOS, PELO PERÍODO DE 48 (QUARENTA E OITO) MESES.	188.287.159,60	CET	DD	Concluída
0082582020	S10- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 4.800 MOBILIÁRIOS URBANOS - TIPO ABRIGO SP450 E 500 TOTENS EM PARADAS DE ÔNIBUS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DA CIDADE DE SÃO PAULO.	144.341.427,24	SPTrans	DD	Concluída
0107232020	S10- FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS, COM CHIP DE SEGURANÇA, SENDO NA MODALIDADE CRÉDITOS REFEIÇÃO, DESTINADOS AOS EMPREGADOS E ESTAGIÁRIOS DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET E NA MODALIDADE ALIMENTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E GRANDE SÃO PAULO PARA EMPREGADOS DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET, POR UM PERÍODO DE 24 MESES.	151.875.166,80	CET	DD	Concluída
0111732020	Chamamento Público objetivando a seleção de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Cultura, para efetuar a gestão dos objetos culturais vinculados ao Complexo Theatro Municipal	563.500.000,00	FTMSP	EDSON SIMOES	Concluída
0112742020	Aquisição de 465.500 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) unidades de DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS DO TIPO TABLET para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.	437.570.000,00	SME	MF	Concluída
0133722020	Edital de Pregão Eletrônico nº 63/SME/2020 Objeto: Contratação de serviço de acesso à Internet Móvel 3G e 4G através do Serviço Móvel Pessoal - SMP, para 465.500 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) TABLETS, para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.	145.459.440,00	SME	MF	Concluída
0157152020	Aquisição de 48.549 unidades de DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS DO TIPO NOTEBOOKS para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.	160.026.728,31	SME	MF	Concluída
0158342020	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA DENOMINADA GLEBA SANTA ETELVINA III B SITUADA NA CIDADE TIRADENTES-	247.607.867,00	COHABSP	DD	Concluída
Total		27.100.086.717,25			

ANÁLISE - TERMO ADITIVO RETI-RATIFICAÇÃO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órçao	Relator	Situação
0056082020	TA nº 011/2018 ao CG nº R016/2015-SMS/NTCSS	188.884.459,00	SMS	EDSON SIMOES	Concluída
0056082020	TA nº 015/2018 ao CG nº R016/2015-SMS/NTCSS	583.166.243,00	SMS	EDSON SIMOES	Concluída
0056082020	TA nº 021/2019 ao CG nº R016/2015-SMS/NTCSS	208.522.372,00	SMS	EDSON SIMOES	Concluída
0066752020	Análise conjunta dos termos aditivos a Contratos de Gestão da Saúde que tenham como objeto a contratação de leitos suplementares para enfrentamento da pandemia de COVID-19, com verificação da situação atual de execução do objeto aditado, incluindo: TA 31/20 ao CG 21/16 (Leitos de Campanha Anhembí - IABAS), 30/20 ao CG 08/15 (Leitos de Campanha Anhembí - SPDM) e 28/20 ao CG 01/14 (Leitos de isolamento domiciliar na UBS Vera Poty para as aldeias indígenas Tenonde Porá e Krukutu - ASF), dentre outros.	283.104.371,06	SMS	JA	Concluída
0161712019	S09- Análise dos Termos Aditivos aos Contratos oriundos da Concorrência nº 001/2015, para prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo - Grupo Estrutural. 2º Termo Aditivo ao CT nº 020/19 (ID 1596585) - Consórcio Bandeirante de Mobilidade E1 (33.629.334/0001-88) formado pelas empresas Viação Gato Preto Ltda (60.870.847/0001-59) e Viação Santa Brígida Ltda (61.274.809/0001-04) - Lote E1 - Valor R\$ 2.758.821.817,00 (PA nº 6020.2019/0002396-9) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 021/19 (ID 1596586) - Sambaíba Transportes Urbanos Ltda (01.751.967/0001-78) - Lote E2 - Valor R\$ 2.920.848.007,00 (PA nº 6020.2019/0002396-8) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 022/19 (ID 1596587) - Viação Metrópole Paulista S/A (31.974.104/0001-20) - Lote E3 - Valor R\$ 4.271.355.451,00 (PA nº 6020.2019/0002397-6) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 023/19 (ID 1596588) - Via Sudeste Transportes S/A (32.184.522/0001-87) - Lote E4 - Valor R\$ 2.666.519.084,00 (PA nº 6020.2019/0002398-4) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 024/19 (ID 1596589) - MOBIBRASIL Transporte São Paulo Ltda (11.031.202/0001-17) - Lote E5 - Valor R\$ 2.519.447.949,00 (PA nº 6020.2019/0002399-2) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 025/19 (ID 1596590) - Viação Grajau S/A (32.238.981/0001-04) - Lote E6 - Valor R\$ 2.717.273.645,00 (PA nº 6020.2019/0002400-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 026/19 (ID 1596591) - Viação Metrópole Paulista S/A (31.974.104/0001-20) - Lote E7 - Valor R\$ 2.553.702.829,00 (PA nº 6020.2019/0002401-8) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 3º Termo Aditivo ao CT nº 027/19 (ID 1596595) - Consórcio Transviária (33.443.024/0001-74) formado pelas empresas Ambiental Transportes Urbanos S/A (08.405.256/0001-90), Transpass Transporte de Passageiros Ltda (06.268.099/0001-93), RVTrans Transporte Urbano S/A (32.140.332/0001-68) e Viação Campo Belo Ltda (01.832.301/0001-44) - Lote E8 - Valor R\$ 4.524.464.449,00 (PA nº 6020.2019/0002402-6) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 028/19 (ID 1596593) - Viação Gatusa Transportes Urbanos Ltda (04.826.023/0001-00) - Lote E9 - Valor R\$ 1.271.636.248,00 (PA nº 6020.2019/0002403-4) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato.	26.204.069.479,00	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0210962019	S09- Análise dos Termos Aditivos aos Contratos oriundos da Concorrência nº 002/2015, para prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo - Grupo Local de AnticIPAção Regional. 3º Termo Aditivo ao CT nº 029/19 (ID 1595872) - Consórcio Transviária (33.443.024/0001-74) formado pelas empresas Ambiental Transportes Urbanos S/A (08.405.256/0001-90), Transpass Transporte de Passageiros Ltda (06.268.099/0001-93), RVTrans Transporte Urbano S/A (32.140.332/0001-68) e Viação Campo Belo Ltda (01.832.301/0001-44) - Lote AR0 - Valor R\$ 1.505.592.813,00 (PA nº 6020.2019/0002404-2) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 030/19 (ID 1595873) - Consórcio Bandeirante de Mobilidade AR1 (33.641.559/0001-50) formado pelas empresas Viação Gato Preto Ltda (60.870.847/0001-59) e Viação Santa Brígida Ltda (61.274.809/0001-04) - Lote AR1 - Valor R\$ 1.805.055.047,00 (PA nº 6020.2019/0002405-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 031/19 (ID 1595874) - Sambaíba Transportes Urbanos Ltda (01.751.967/0001-78) - Lote AR2 - Valor R\$ 3.789.500.785,00 (PA nº 6020.2019/0002406-9) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 032/19 (ID 1595875) - Viação Metrópole Paulista S/A (31.974.104/0001-20) - Lote AR3 - Valor R\$ 2.324.907.321,00 (PA nº 6020.2019/0002407-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 033/19 (ID 1595878) - Express Transportes Urbanos Ltda (18.843.495/0001-86) - Lote AR4 - Valor R\$ 3.035.065.683,00 (PA nº 6020.2019/0002408-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 034/19 (ID 1595877) - Via Sudeste Transportes S/A (32.184.522/0001-87) - Lote AR5 - Valor R\$ 1.856.475.848,00 (PA nº 6020.2019/0002409-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 035/19 (ID 1595878) - MOBIBRASIL Transporte São Paulo Ltda (11.031.202/0001-17) - Lotes AR6 - Valor R\$ 759.094.360,00 (PA nº 6020.2018/0002410-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 036/19 (ID 1595879) - Consórcio KBPX (33.504.169/0001-38) formado pelas empresas KBPX Administração e Participação Ltda (13.838.043/0001-92) e Kuba Transportes Gerais Ltda (03.738.021/0001-44) - Lote AR7 - Valor R\$ 1.934.550.599,00 (PA nº 6020.2019/0002411-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 037/19 (ID 1595880) - Viação Gato Preto Ltda (60.870.847/0001-59) - Lote AR8 - Valor R\$ 1.227.892.221,00 (PA nº 6020.2018/0002412-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 3º Termo Aditivo ao CT nº 038/19 (ID 1595881) - Consórcio Transviária (33.443.024/0001-74) formado pelas empresas Ambiental Transportes Urbanos S/A (08.405.256/0001-90), Transpass Transporte de Passageiros Ltda (06.268.099/0001-93), RVTrans Transporte Urbano S/A (32.140.332/0001-68) e Viação Campo Belo Ltda (01.832.301/0001-44) - Lote AR9 - Valor R\$ 1.984.589.339,00 (PA nº 6020.2019/0002413-1) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. S09- Análise dos Termos Aditivos aos Contratos oriundos da Concorrência nº 003/2015, prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo - Grupo Local de Distribuição. 2º Termo Aditivo ao CT nº 039/19 (ID 1595882) - Consórcio Transnordeste (21.766.177/0001-73) formado pelas empresas Norte Buss Transportes S/A (21.692.479/0001-44) e Spencer Transportes Ltda (21.569.005/0001-00) - Lote D1 - Valor R\$ 2.751.565.446,00 (PA nº 6020.2019/0002190-6) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 040/19 (ID 1595883) - Consórcio Transnordeste (21.766.177/0001-73) formado pelas empresas Norte Buss Transportes S/A (21.692.479/0001-44) e Spencer Transportes Ltda (21.569.005/0001-00) - Lote D2 - Valor R\$ 1.608.470.094,00 (PA nº 6020.2019/0002191-4) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 041/19 (ID 1595884) - Transunião Transportes S/A (19.224.852/0001-90) - Lote D3 - Valor R\$ 1.772.092.550,00 (PA nº 6020.2019/0002192-2) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 042/19 (ID 1595885) - Ubus Qualidade em Transportes S/A (20.589.268/0001-18) - Lote D4 - Valor R\$ 503.891.570,00 (PA nº 6020.2019/0002193-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 043/19 (ID 1595886) - Plessigo Transportes Ltda (20.589.268/0001-08) - Lote D5 - Valor R\$ 1.830.265.641,00 (PA nº 6020.2019/0002194-9) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 044/19 (ID 1595887) - Alibus Transportes Ltda (21.590.706/0001-20) - Lote D6 - Valor R\$ 2.028.575.130,00 (PA nº 6020.2019/0002195-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 045/19 (ID 1595888) - Transunião Transportes S/A (19.224.852/0001-90) - Lote D7 - Valor R\$ 535.676.976,00 (PA nº 6020.2019/0002196-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 046/19 (ID 1595889) - Movebuss Soluções em Mobilidade Urbana Ltda (21.578.642/0001-42) - Lote D8 - Valor R\$ 1.857.881.247,00 (PA nº 6020.2019/0002197-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 047/19 (ID 1595890) - A2 Transportes Ltda (21.559.841/0001-03) - Lote D9 - Valor R\$ 1.731.740.438,00 (PA nº 6020.2019/0002198-1) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 048/19 (ID 1492111) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D10 - (PA nº 6020.2019/0002199-0) - Inclusão inicial de 15 veículos elétricos - PadronPower, podendo ser acrescidos ao Projeto Piloto mais 3 veículos, totalizando 18 veículos e readequar as parcelas remuneratórias decorrentes, mantida a Tarifa de Remuneração. 3º Termo Aditivo ao CT nº 049/19 (ID 1595891) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D10 - 2.450.678.698,00 (PA nº 6020.2019/0002199-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 049/19 (ID 1595892) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D11 - Valor R\$ 2.125.729.552,00 (PA nº 6020.2019/0002200-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 050/19 (ID 1595893) - Auto Viação Transcap Ltda (20.649.744/0001-49) - Lote D12 - Valor R\$ 956.330.118,00 (PA nº 6020.2019/0002201-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. CT nº 051/19 (ID 1596003) - Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação (97.528.044/0001-20) - Lote D13 - (PA nº 6020.2019/0002202-3) - Alteração de Estatuto: AUTORIZAÇÃO, com fundamento na Lei Municipal nº 13.241/2001 e na Lei Federal nº 8.987/95, a alteração estatutária da empresa Alfa Rodobus S/A Transporte Administração e Participação, concessionária do Subsistema Local de Distribuição, no lote D13, titular do Contrato de Concessão nº 051/2019, quanto às regras de eleição de membros de diretoria e conselho de administração, conversão de ações ordinárias em preferências e a assunção de cotas por holding não financeira para exercer o cargo de acionista da companhia; II. A holding, na qualidade de sócia majoritária, deverá apresentar a documentação constante no item 11.1.3 do edital que precedeu ao ajuste. 2º Termo Aditivo ao CT nº 051/19 (ID 1595894) - Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação (97.528.044/0001-20) - Lote D13 - Valor R\$ 546.630.328,00 (PA nº 6020.2019/0002202-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato.	19.373.093.016,00	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0213052019	2º Termo Aditivo ao CT nº 041/19 (ID 1595884) - Transunião Transportes S/A (19.224.852/0001-90) - Lote D3 - Valor R\$ 1.772.092.550,00 (PA nº 6020.2019/0002192-2) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 042/19 (ID 1595885) - Ubus Qualidade em Transportes S/A (20.589.268/0001-18) - Lote D4 - Valor R\$ 503.891.570,00 (PA nº 6020.2019/0002193-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 043/19 (ID 1595886) - Plessigo Transportes Ltda (20.589.268/0001-08) - Lote D5 - Valor R\$ 1.830.265.641,00 (PA nº 6020.2019/0002194-9) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 044/19 (ID 1595887) - Alibus Transportes Ltda (21.590.706/0001-20) - Lote D6 - Valor R\$ 2.028.575.130,00 (PA nº 6020.2019/0002195-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 045/19 (ID 1595888) - Transunião Transportes S/A (19.224.852/0001-90) - Lote D7 - Valor R\$ 535.676.976,00 (PA nº 6020.2019/0002196-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 046/19 (ID 1595889) - Movebuss Soluções em Mobilidade Urbana Ltda (21.578.642/0001-42) - Lote D8 - Valor R\$ 1.857.881.247,00 (PA nº 6020.2019/0002197-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 047/19 (ID 1595890) - A2 Transportes Ltda (21.559.841/0001-03) - Lote D9 - Valor R\$ 1.731.740.438,00 (PA nº 6020.2019/0002198-1) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 048/19 (ID 1492111) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D10 - (PA nº 6020.2019/0002199-0) - Inclusão inicial de 15 veículos elétricos - PadronPower, podendo ser acrescidos ao Projeto Piloto mais 3 veículos, totalizando 18 veículos e readequar as parcelas remuneratórias decorrentes, mantida a Tarifa de Remuneração. 3º Termo Aditivo ao CT nº 049/19 (ID 1595891) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D10 - 2.450.678.698,00 (PA nº 6020.2019/0002199-0) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 049/19 (ID 1595892) - Transw Off Transportes e Turismo Ltda (58.322.512/0001-54) - Lote D11 - Valor R\$ 2.125.729.552,00 (PA nº 6020.2019/0002200-7) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. 2º Termo Aditivo ao CT nº 050/19 (ID 1595893) - Auto Viação Transcap Ltda (20.649.744/0001-49) - Lote D12 - Valor R\$ 956.330.118,00 (PA nº 6020.2019/0002201-5) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato. CT nº 051/19 (ID 1596003) - Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação (97.528.044/0001-20) - Lote D13 - (PA nº 6020.2019/0002202-3) - Alteração de Estatuto: AUTORIZAÇÃO, com fundamento na Lei Municipal nº 13.241/2001 e na Lei Federal nº 8.987/95, a alteração estatutária da empresa Alfa Rodobus S/A Transporte Administração e Participação, concessionária do Subsistema Local de Distribuição, no lote D13, titular do Contrato de Concessão nº 051/2019, quanto às regras de eleição de membros de diretoria e conselho de administração, conversão de ações ordinárias em preferências e a assunção de cotas por holding não financeira para exercer o cargo de acionista da companhia; II. A holding, na qualidade de sócia majoritária, deverá apresentar a documentação constante no item 11.1.3 do edital que precedeu ao ajuste. 2º Termo Aditivo ao CT nº 051/19 (ID 1595894) - Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação (97.528.044/0001-20) - Lote D13 - Valor R\$ 546.630.328,00 (PA nº 6020.2019/0002202-3) - alteração de cláusulas contratuais e valor do contrato.	20.699.527.788,00	SMT	EDSON SIMOES	Concluída
0056082020	TA nº 031/2020 ao CG nº R016/2015-SMS/NTCSS	149.588.335,80	SMS	EDSON SIMOES	Concluída
Total		67.689.956.063,86			

ANÁLISE - LICITAÇÃO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órçao	Relator	Situação
0089512020	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E MERCADO POPULAR NA CIDADE DE SÃO PAULO, ACOMPANHADA DE INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, EMPREENDIMENTOS NÃO RESIDENCIAIS PRIVADOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ESPECIFICA	2.111.317.737,00	COHABSP	DD	Concluída
0130282020	PRE-QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA - EMPREENDIMENTO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DO EMPREENDIMENTO 10 - TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO - ITAQUERA	161.167.000,00	SPObras	JA	Concluída
0107242020	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAIXA, INCLUINDO A CANALIZAÇÃO DO CÔRREGO ANTONICO, REMOÇÃO DE CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE RISCO E FRENTES DE OBRA E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE LINEAR, NO ASSENTAMENTO PRECÁRIO DENOMINADO PARAISÓPOLIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	110.974.452,92	SEHAB	DD	Em andamento
Total		2.383.459.189,92			

ANÁLISE - CONTRATO DE GESTÃO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órçao	Relator	Situação
0085352020	CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2020-SMS.G/AHM OBJETO DO CONTRATO: Implantação, gerenciamento e execução de serviços de saúde de 150 leitos de terapia intensiva adulto e 30 leitos de internação clínica no Hospital Municipal da Vila Brasilândia, com vistas ao enfrentamento da pandemia pelo Coronavírus.	114.165.261,85	AHM	JA	Concluída
0136912020	Gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Santo Amaro/Cidade Ademar, no Município de São Paulo.	164.430.192,10	SMS	ET	Pronta para encerrar
Total		278.595.453,95			

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

SECRETARIA GERAL

Senhor Secretário

Em obediência ao artigo 5º da Resolução nº 03/2020, segue a prestação de contas do Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2020.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia de COVID, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2. Esse desafiador cenário impôs uma série de adaptações ao mundo como um todo. O TCMSP, especificamente, foi impulsionado a acelerar a implantação do tele trabalho e, para isso, foi possibilitada a utilização de acesso remoto à rede e aos sistemas internos que já eram utilizados nas dependências do órgão. As reuniões presenciais foram substituídas pelas salas virtuais e todos tiveram que adaptar as casas para funcionarem também como local de trabalho. Na SFC o desafio não foi pequeno. A imposição do distanciamento social fez com que os trabalhos de auditoria, que na maior parte das vezes utilizavam as visitas “in loco” como uma das principais formas de coletar dados e impressões sobre a realidade auditada, tivessem que ser adaptados para utilizarem ainda mais a tecnologia da informação como ferramenta.

Apesar desse cenário restritivo e limitador, as auditorias realizadas ao longo do ano mantiveram a diversidade de objetos, incluindo a própria COVID, como veremos a seguir.

2. ATUAÇÃO DO TCMSP DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Em 2020, com o advento da pandemia do novo coronavírus e a edição do Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, declarando situação de emergência no Município de São Paulo, o TCM precisou ajustar seu planejamento de fiscalizações para atuar de forma efetiva em relação às ações da administração pública municipal no enfrentamento à Covid-19.

Entre as medidas adotadas, foi constituído o Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate e de Enfrentamento à COVID-19 e seus Efeitos, formado por servidores de diversas áreas do TCMSP, incluindo SG, SFC, AJCE, Controle Interno, e Gabinetes dos Conselheiros (Portaria 144/2020, alterada pela Portaria 165/2020). A Portaria 144/2020 instituiu ainda a Relatoria Especial de Medidas de Combate ao COVID-19, a ser exercida pelo Conselheiro Presidente do TCMSP (alterada pela Portaria 148/2020).

Além disso, foram desenvolvidos trabalhos de fiscalização voltados às medidas adotadas pela administração pública municipal no enfrentamento à pandemia. A seguir são detalhadas as atividades dos grupos de trabalho e das fiscalizações realizadas.

2.1 Fiscalizações realizadas no âmbito da pandemia do novo coronavírus

Em 2020, ressaltam-se os seguintes trabalhos de fiscalização relacionados ao enfrentamento da Covid-19:

- a) Ciclo da análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) para assegurar a aprendizagem de bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo durante o período de suspensão do atendimento presencial decorrente da pandemia do coronavírus. O levantamento, autorizado pelo conselheiro relator Maurício Faria, que já solicitou uma auditoria complementar a respeito do assunto, foi realizado entre 16 de março e 12 de junho deste ano, de forma não presencial, atendendo às medidas de isolamento social, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Após a análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela SME nesta primeira etapa da auditoria, a Coordenadoria II da Subsecretaria de Fiscalizando e Controle do TCMSP chegou a diversas conclusões apontando problemas com os materiais didáticos elaborados e entregues para os alunos, falta de acompanhamento das atividades escolares pelo corpo docente, problemas com acesso às plataformas de ensino, entre outros.
- b) Relatório de Auditoria do Tribunal sobre Edital de Chamamento Público nº 003/2020, que teve por objeto a contratação de interessados para a prestação de serviços de apoio diagnóstico laboratorial de análises clínicas (testes de biologia molecular) em ações que envolvem o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. O documento apontou algumas irregularidades no Edital que deveriam ser esclarecidas para que, a partir da

resposta apresentada, fosse finalizado o Relatório Conclusivo pelas áreas técnicas do TCMSP.

Cabe ressaltar que, além dessas mencionadas, as equipes da SFC trabalharam em inúmeros outros trabalhos de fiscalização relacionados à Covid-19 (representações, análises, acompanhamentos de edital, denúncias, etc).

2.2 Atuação do Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate e de Enfrentamento à COVID-19

Considerando a necessidade de se promover o acompanhamento e a análise estratégica das ações promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no combate à Covid-19, notadamente quanto à evolução das receitas e despesas públicas por força dessas ações e de demais consequências diretas e indiretas da pandemia, foram criados outros dois grupos por meio da Portaria 185/2020:

I - Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao Covid-19, com competência para:

a) prestar assessoramento técnico à Relatoria Especial a respeito de fiscalizações no contexto de combate à epidemia e de demais temáticas suscitadas no âmbito da Câmara de Integração Institucional estabelecida pelo Decreto Municipal nº 59.313/2020;

b) promover a consolidação dos resultados das fiscalizações realizadas pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle, com o levantamento de informações para atuação célere e colaborativa junto à Câmara de Integração Institucional mencionada no inciso anterior; e

c) promover pesquisas sobre as ações e normatizações de controle externo sobre a matéria.

II - Grupo Técnico de Acompanhamento de Receitas e Despesas Orçamentárias, com competência para:

- a) acompanhar a evolução das finanças municipais enquanto perdurar a situação de emergência e de calamidade pública no Município de São Paulo, sem prejuízo das ações sobre a matéria desenvolvidas no âmbito das Coordenadorias da Subsecretaria de Fiscalização e Controle;
- b) monitorar a evolução e tendência das principais receitas municipais em comparação com as metas bimestrais de arrecadação e com o realizado nos anos anteriores;
- c) acompanhar a transferência de recursos vinculados à conta única, à luz do previsto na Lei Municipal nº 17.335/20;
- d) monitorar a progressão das principais despesas municipais em comparação com o previsto para 2020 e com o realizado nos anos anteriores, atentando para eventual legislação sobre redução ou vedação de despesas;
- e) verificar a evolução das disponibilidades de caixa de recursos livres e vinculados, em comparação com os exercícios anteriores;
- f) analisar a razoabilidade e oportunidade dos investimentos;
- g) acompanhar as medidas tomadas no sentido de postergar despesas como dívida e precatórios, entre outras; e
- h) propor medidas para minimizar os impactos sociais e econômicos.

O e-TCM 6984/2020 possui o histórico das atividades planejadas pelo Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao Covid-19. Entre as atividades propostas, estão:

- a. Acompanhamento e resumo das melhores práticas adotadas por outros Tribunais de Contas durante a pandemia;
- b. Elaboração de informes relativos às alterações legislativas relacionadas ao combate da pandemia que podem ser úteis para o

Tribunal de Contas do Município de São Paulo e para as Secretarias da PMSP;

- c. Consulta às Coordenadorias da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC), mediante questionário específico, sobre perspectivas e sugestões de novas auditorias a serem realizadas, em conformidade com o apreendido em fiscalizações atualmente em curso;
- d. Subsídio à SFC com informações sobre situações de risco e sobre indícios de irregularidades identificadas em fiscalizações realizadas em outras unidades da federação, resumindo-se os apontamentos de auditoria, com atenção para a sazonalidade das contratações;
- e. Sugestão de diretrizes e de critérios para subsidiar a SFC no planejamento e na execução das fiscalizações decorrentes do combate à pandemia;
- f. Identificação de aspectos importantes das alterações legislativas atuais para as fiscalizações do TCMSP e possíveis medidas necessárias para subsidiar a atuação de SFC;
- g. Atuação colaborativa junto a demais órgãos de controle.

O grupo elaborou um relatório com o levantamento inicial de acordo com o planejamento, e propôs algumas ações a serem avaliadas pelas instâncias superiores do TCMSP, a saber:

- a) Criação de hot site no portal do TCMSP na internet, com o objetivo de centralizar todas as informações relacionadas à atuação no combate à pandemia;

- b) Elaboração de notas técnicas contendo entendimentos a respeito de temas afeitos às contratações públicas no âmbito da pandemia, como orientação aos gestores públicos e auditores, iniciando-se com:
 - a. Divulgar documentação técnica voltada aos gestores públicos e auditores, aproveitando a documentação elaborada por outros Tribunais de Contas, o acompanhamento de alterações legislativas pertinentes (que também é objeto de análise deste Grupo) e a experiência da Subsecretaria de Fiscalização e Controle;
 - b. Realizar estudos técnicos específicos, em atenção a demandas identificadas pela Relatoria Especial e pelas Coordenadorias de SFC.
- c) Orientações aos gestores sob a forma de relatórios, cartilhas, cursos e manuais (iniciativas com a apresentação de sugestões aos gestores, com amparo técnico de fiscalizações em curso ou já realizadas);
- d) Fomento à colaboração social com a indicação de iniciativas e ações referentes ao combate à pandemia (A Revista da CGU divulgou nota em que “convida a comunidade acadêmica a submeter contribuições para o dossiê especial “Accountability e Controle em Contexto de Pandemia”);
- e) Divulgação de checklist para realização de contratações emergenciais no âmbito da pandemia;
- f) Aperfeiçoamento e adaptação de ferramentas de informática no acompanhamento das contratações, mediante diálogo com a PMSP para aprimoramento da categorização de compras públicas relacionadas à COVID-19, de forma a permitir o aperfeiçoamento das ferramentas de leitura e sistematização de compras públicas (Átomo-Radar) e a criação de filtros adicionais à plataforma ÍRIS;
- g) Criação de painéis para acompanhamento de preços;

- h) Relatórios com avaliação geral concomitante, inclusive operacional, das ações tomadas pelo governo a respeito do combate da pandemia;
- i) Revisão, atualização e aprimoramento dos Planos de Fiscalização, das Matrizes de Planejamento das Auditorias e dos Planos Estratégicos dos órgãos de controle.

Dessas ações propostas, segue o que foi desenvolvido pelos grupos técnicos.

I - Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao Covid-19

O grupo trabalhou em diversas frentes durante o período de 2020, a seguir estão destacadas as principais.

- b) e-TCM 5436/2020: esse expediente foi criado no começo de abril/2020, logo após a decretação de situação de calamidade pública no município, e teve como objetivo levantar dados junto à SMS sobre: número de testes para identificação do SARS-CoV 2 disponíveis no serviço público de saúde do Município de São Paulo; montante de recursos financeiros do Município dirigidos para o combate a esta epidemia; número de leitos em Unidades de Terapia Intensiva na rede pública de saúde do Município existentes à época e já ocupados, bem como quantos seriam necessários para os próximos três meses; número de ventiladores pulmonares na rede pública de saúde do Município existentes à época, já ocupados e quantos seriam necessários para os próximos três meses; número de equipamentos de proteção para profissionais de saúde da rede pública de saúde do Município existentes à época e quantos seriam necessários para os próximos três meses; quantidade de vacinas contra a gripe disponíveis na rede pública de saúde do Município; tempo médio de internação em uma Unidade de Terapia Intensiva em razão da doença; número de casos suspeitos na rede pública de saúde do Município e número de óbitos em razão da doença da rede pública de saúde do Município. Tanto a SMS quanto o Instituto Adolfo Lutz

responderam de acordo com suas respectivas competências sobre os pontos levantados, e o grupo de trabalho analisou as respostas, concluindo que as informações na época disponibilizadas no portal da PMSP estavam até mais atualizados do que os enviados nas respostas das partes.

- c) E-TCM 6852/2020: neste expediente a Subsecretaria do Tesouro Municipal, Subsecretaria da Receita Municipal e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal responderam ao relatório encaminhado pelo grupo especial com questões sobre: diferimento ou redução de tributos, investimentos com recursos livres, contrato de refinanciamento com a União, precatórios, Fundo dos Procuradores Municipais, recursos excedentes da Operação Urbana Faria Lima, medidas anticíclicas e equilíbrio fiscal, e transparência dos gastos relacionados à Covid-19. O documento está em análise pelo grupo no momento.
- d) E-TCM 8450/2020: trata-se de respostas encaminhadas pelo grupo especial a questionamentos recebidos por meio da Ouvidoria de uma pesquisa acadêmica conduzida por alune e professores pesquisadores da Universidade da Amazônia, e auditores do TCEPA, TCEPR, TCERJ, TCMB, e TCMGO, sobre a atuação dos TCs no período da pandemia.
- e) E-TCM 7894/2020: o expediente trata da proposta enviada pelo grupo especial para revisão das atividades de fiscalização previstas no PAF 2020, visando o direcionamento de recursos para a atuação mais tempestiva em temas relacionados à pandemia do novo coronavírus. O grupo consultou as coordenadorias da SFC, analisou os PAFs respectivos, e elaborou a proposta para efetuar alguns ajustes nos trabalhos programados inicialmente, e essa proposta foi analisada criticamente pelas áreas, e as manifestações de cada coordenadoria foram enviadas para apreciação dos Conselheiros do TCMSP. Estes, por sua vez, fizeram as devidas considerações e de forma geral aprovaram as sugestões propostas de revisão do PAF 2020.

- f) E-TCM 7937/2020: o grupo especial apresentou neste documento o estudo com proposta para a criação de painéis de acompanhamento de preços praticados no Município de São Paulo, com ênfase naqueles relacionados a compras decorrentes do combate à pandemia do coronavírus. Na elaboração do estudo, foram consultadas as “boas práticas” de outros Tribunais de Contas, notadamente: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e foi necessária a elaboração de metodologia própria pelo grupo. Além disso, o grupo anexou uma análise de risco das contratações celebradas pela Prefeitura do Município de São Paulo, relacionadas ao combate à pandemia do coronavírus, em valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A proposta encontra-se em análise pelas instâncias superiores.
- g) E-TCM 8781/2020: neste expediente foram apresentados os seguintes documentos: (1) Modelo de Relatório de Análise de Contratações Emergenciais com item “Checklist” da Legislação Federal e Municipal publicada no Estado de Calamidade Pública, (2) Modelo de Relatório de Acompanhamento ou Inspeção com item “Checklist” das Medidas Excepcionais impostas pela legislação e por decretos municipais e (3) Seleção da Legislação e das Regulamentações Federal e Municipal, que o grupo entendeu serem minimamente essenciais para o trabalho de fiscalização do TCMSP. Os referidos “Checklists” foram elaborados em conformidade com a iniciativa 2.5 - Divulgação de checklist para realização de contratações emergenciais no âmbito da pandemia – deste Grupo de Trabalho, o qual entendeu que o “Checklist”, além de auxiliar o auditor e o gestor, aumenta a transparência dos processos de contratação e potencializa a qualidade da trilha de auditoria. A seleção da legislação surgiu da necessidade de filtrar o vasto acervo normativo publicado desde a decretação do estado de emergência e calamidade pública no município de São Paulo. A SFC concordou com a proposta do grupo, bem como a AJCE fez suas considerações sobre os Checklists propostos, lembrando sobre a

necessidade de observar o caráter de transitoriedade dos documentos e as mudanças constantes da legislação.

- h) Desenvolvimento e implantação do *hotsite* da Covid-19 no portal do TCMSP, contendo informações sobre a atuação do TCMSP durante a pandemia (fiscalizações, medidas administrativas, notas técnicas, etc), notícias, boletins com informações sobre a pandemia no Brasil e no mundo e dados de legislações publicadas, controle de gastos emergenciais, agenda de eventos que abordam temas relacionados à pandemia, painel com informações sobre iniciativas do controle externo no país, entre outros.
- i) Elaboração do relatório com a síntese das análises e sugestões feitas pelo Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate à Covid-19, organizado pelo Tribunal assim que a pandemia e suas consequências alcançaram o município. O documento foi encaminhado à Prefeitura, à Câmara Municipal e a diversos órgãos de controle externo do país, como os Tribunais de Contas e a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), dentre outras instituições e autoridades públicas. A iniciativa de produzir o relatório estava em sintonia com o propósito expresso no Decreto Municipal nº 59.313/2020, que oficializou a Câmara de Integração Institucional composta pelo Poder Executivo, pela Câmara Municipal e pelo TCMSP, com a função de coordenar esforços, integrar ações, desburocratizar os procedimentos para agilizar as decisões de combate ao coronavírus e, assim, tornar mais efetivos os atos do Poder Público no enfrentamento à situação de emergência e ao estado de calamidade pública decorrentes da pandemia. O documento, sem deixar de reconhecer os esforços dos agentes públicos diante de uma situação excepcional como a atual, reuniu informações, dados, análises e questionamentos, projetando inclusive cenários de como a pandemia pode evoluir no município a depender das medidas tomadas pelo poder público, e apresenta sua reflexão como contribuição para ações nas seguintes áreas da Administração Municipal: Saúde; Assistência Social; Serviço Funerário;

medidas anticíclicas e equilíbrio fiscal; transparência dos gastos relacionados à Covid-19; e recursos excedentes da Operação Urbana Faria Lima.

j) Divulgação de Edital da CGU.

II - Grupo Técnico de Acompanhamento de Receitas e Despesas Orçamentárias

Durante o período de 2020, o grupo elaborou 06 notas técnicas conforme segue:

Notas técnicas TCMSP:

- 01/2020 – ref. Abril/2020 (e-TCM 6991/2020)
- 02/2020 – ref. Maio/2020 (e-TCM 7923/2020)
- 03/2020 – ref. Junho/2020 (e-TCM 8878/2020)
- 04/2020 – ref. Julho/2020 (e-TCM 10291/2020)
- 05/2020 – ref. Agosto/2020 (e-TCM 12606/2020)
- 06/2020 – ref. Outubro/2020 (e-TCM 16361/2020)

As notas técnicas tiveram como finalidade estimar, em cada mês de referência, a situação de liquidez do Tesouro Municipal que haveria ao final do exercício de 2020, à luz da queda de arrecadação e do aumento de despesas, notadamente com a saúde, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Os documentos foram encaminhados por meio de Ofício às seguintes autoridades: Prefeito Municipal de São Paulo, Secretário de Finanças do Município de São Paulo, Secretário de Governo Municipal, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Líderes Partidários, Liderança da Minoria e Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo.

3. FISCALIZAÇÕES EM DESTAQUE

Será apresentada neste item, sucintamente, uma pequena mostra das fiscalizações realizadas pela SFC ao longo do exercício.

A equipe da **Coordenadoria I** realizou acompanhamento dos editais de **concessão do Vale do Anhangabaú** e de **concessão dos Cemitérios** e o acompanhamento da **gestão orçamentária e financeira (Covid-19) da PMSP**, que teve o objetivo de avaliar o impacto nas finanças municipais das ações emergenciais relacionadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19; identificar as receitas arrecadadas vinculadas ou no contexto da Covid-19 (transferidas por outras esferas da federação para mitigação de efeitos financeiros adversos provocados pela pandemia) e examinar a regularidade da sua classificação orçamentária; identificar as unidades municipais que emitiram empenhos relacionados ao combate ao novo coronavírus e o montante empenhado; efetuar revisão analítica dos principais gastos tendo por objeto a mitigação dos efeitos da pandemia no Município de São Paulo; verificar a conformidade da transparência da execução orçamentária das despesas relacionadas à Covid-19.

Das auditorias realizadas pela equipe da **Coordenadoria II** destacou-se o acompanhamento de edital para **aquisição de tablets**, que resultou na recomendação de não utilização da nova pesquisa de preços, que aumentaria o valor de referência da licitação em mais de 20%, o que representou uma **economia da ordem de R\$ 75 milhões**. Além disso, o trabalho resultou no aprimoramento das especificações técnicas do edital, de modo a garantir que os aplicativos, os serviços e as ferramentas educacionais não proprietárias fossem compatíveis com o sistema operacional e com as configurações de hardware e de software.

Outra auditoria de destaque da Coordenadoria II foi o acompanhamento de edital para **aquisição de chips de internet móvel**. A atuação da auditoria gerou uma **economia de R\$ 19,7 milhões** em relação ao valor de referência adotado inicialmente pela SME e resultou no aprimoramento da especificação dos parâmetros para medição da qualidade do serviço prestado.

A Coordenadoria II analisou ainda as **estratégias educacionais** disponibilizadas pela SME para assegurar a aprendizagem dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo durante o período de suspensão do atendimento presencial decorrente da pandemia do Coronavírus. A auditoria constatou que os gestores e os professores das unidades educacionais não participaram da formulação das estratégias educacionais previstas na IN SME nº 15/2020, que não foram produzidos materiais impressos específicos para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e que os sites indicados para pesquisa e acesso a recursos de acessibilidade, bem como as atividades complementares realizadas pelos professores na plataforma digital, não alcançam os alunos sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais.

A **Coordenadoria III** realizou auditoria para verificar a regularidade de gastos e atualizar os dados do **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, cuja despesa empenhada em 2019 foi de R\$ 9,9 bilhões, aproximadamente. Entre outros aspectos, verificou-se: a estabilização da dependência financeira entre o RPPS e o Tesouro Municipal entre os anos de 2019 e 2018; a falta de capacidade e autonomia, legal e operacional da Unidade Gestora (Ipem), para realizar a gestão do RPPS; e, pela primeira vez, foi analisada a base cadastral fornecida pelo Ipem de acordo com as normas da IN MF nº 01/18, além de vários outros indicadores relativos à situação do RPPS municipal.

A **Coordenadoria IV** realizou inspeção no programa “**Corujão do Câncer**”, tendo sido obtidas as seguintes informações: Instituições de saúde envolvidas; Procedimentos de saúde previstos; Valores pactuados; Quantidades estimadas dos procedimentos; Instrumentos formais de contratualização; e Cronograma de realização dos procedimentos por instituição.

Foram realizadas também por essa coordenadoria fiscalizações relacionadas aos **Hospitais de Campanha**: contratação da empresa Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A para a instalação de duas estruturas hospitalares

temporárias no Complexo do Anhembi e Complexo Esportivo do Pacaembu; convênio celebrado com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein para gerenciamento do Hospital de Campanha Pacaembu; gerenciamento do Hospital de Campanha do Anhembi pelas OSs IABAS e SPDM.

A Coordenadoria IV realizou ainda auditoria operacional para avaliar aquisição, estoque, fluxo de distribuição e controle de **medicamentos da rede municipal de saúde**. O objetivo específico foi a identificação de causas potenciais para o histórico de falta de medicamentos e a verificação da eficiência dos valores investidos em logística e armazenamento, além da avaliação dos sistemas utilizados para gestão do fluxo dos medicamentos e dos controles exercidos durante o processo.

Dos trabalhos realizados pela **Coordenadoria V**, destacam-se os acompanhamentos de edital relacionados ao Programa de Desestatização da PMSP (concessão do **Complexo de Interlagos**; concessão administrativa dos **terminais de ônibus**; concessão onerosa de uso do **Complexo Anhembi – SPTuris**) e os acompanhamentos da execução dos **novos contratos dos transportes**. Além disso, foram realizadas ainda auditorias na licitação para modernização e manutenção dos **sistemas de controle semafórico**; na contratação de fabricação, instalação e manutenção de 4.800 mobiliários urbanos tipo abrigo SP450 e 500 **totens em parada de ônibus** e na construção/implantação de obras de **Ciclovias e Ciclofaixas**.

A **Coordenadoria VI** realizou as seguintes fiscalizações de destaque: acompanhamento de execução contratual da Amlurb com a FIPE para serviços técnicos econômico-financeiros nos **contratos de concessão do lixo** (reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos) e acompanhamento de execução contratual da SMSUB (subprefeituras Aricanduva, Mooca, Vila Prudente e Sapopemba) com a empresa Potenza para serviços de **manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento**, cujas conclusões apontaram para a inadequação do atual modelo utilizado.

Das auditorias realizadas pela **Coordenadoria VII**, destacam-se as seguintes: segunda etapa da **PPP da habitação** (concessão administrativa destinada à implantação de habitações de interesse social, no valor de R\$ 2.073.499.000,00), a **PPP dos piscinões** (concessão administrativa para a requalificação, operação, manutenção, conservação de quatro reservatórios de águas pluviais existentes e a construção, operação, manutenção e conservação de intervenções de drenagem em cinco microbacias, no valor de R\$ 1.156.320.000,00) e a concessão de uso de **espaços no Edifício Martinelli** para implantação e exploração de serviço de visitação pública.

Como destaques das atividades da **Coordenadoria VIII**, em apoio às demais coordenadorias para a realização de seus trabalhos, tivemos o “Boletim da 8” número 5 (celebração de contratos de aluguéis pela PMSP) e número 6 (uso de atas de registro de preço por parte da PMSP), que está em fase de conclusão. Em relação ao suporte na geração de informações, destacam-se os diversos levantamentos de CPFs dos responsáveis apontados em relatórios de auditoria; realização de pesquisas no SIS-MP em atendimento às solicitações dos gabinetes dos senhores conselheiros e realização de diversas pesquisas e emissão de relatórios no ÁTOMO. Quanto aos avanços relacionados aos sistemas internos que dão suporte aos trabalhos de auditoria, optou-se por destacá-los no item 7 deste Relatório.

4. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

4.1. Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização – PAF 2020

Ao longo de 2020, a SFC destinou à sua atividade-fim 19.517,9 Dusfs, 4% acima do previsto no PAF. Desconsiderando as análises e manifestações de aposentadorias e pensões, a quantidade de fiscalizações realizada supera a previsão em 50%.

Em relação aos resultados alcançados, cabe destacar que, no final do exercício, constata-se nas áreas da SFC a existência de diversas fiscalizações de diferentes

modalidades que estão em estágio avançado de execução, mas cujas quantidades e valores só serão computados após o seu encerramento, que ocorrerá nos primeiros dias de 2021, não tendo sido, dessa forma, considerados na presente prestação de contas.

Quadro 1: Fiscalizações previstas e realizadas em 2020

Tipo de atividade	Quantidade				Dusfs			
	Prev.	Real.	%	Real-prev	Prev.	Real.	%	Real-prev
Auditoria programada	118	109	-8%	-9	4.200	3.324,4	-21%	-875,6
Auditoria extraplano	14	23	64%	9	400	491,9	23%	91,9
Auditoria operacional	2	1	-50%	-1	190	241,5	27%	51,5
Auditoria transversal	2	0	-100%	-2	80	341,3	327%	261,3
Acompanhamentos	221	137	-38%	-84	4.859	3.202,5	-34%	-1.656,5
Acompanhamento - Diálogo	6	7	17%	1	70	56,5	-19%	-13,5
Análise	179	272	52%	107	1.025	1.533,3	50%	508,3
Análise de adiantamento	0	11	-	11	0	91,9	-	91,9
Apoio técnico	7	223	3086%	216	1326	1.746,8	32%	420,8
Informações gerais	9	19	111%	10	275	396,3	44%	121,3
Inspeções	58	38	-34%	-20	873	699,0	-20%	-174,0
Manifestações	660	848	28%	188	3.105	4.466,4	44%	1.361,4
Relatórios Anuais	24	23	-4%	-1	517	527,9	2%	10,9
Representações	134	205	53%	71	480	691,0	44%	211,0
Retorno	23	159	591%	0	115	747,5	550%	632,5
Subtotal	1.457	2.075	42%	618	17.515	18.558,2	6%	1.043,2
Análise de Apos. e Pensões ⁽¹⁾	8.850	6.583	-26%	-2.267	930	886,6	-5%	-43,4
Manif.de Apos. e Pensões	820	481	-41%	-339	240	73,1	-70%	-166,9
Total	11.127	9.139	-18%	-1.988	18.685	19.517,9	4%	832,9

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Consulta de tarefas

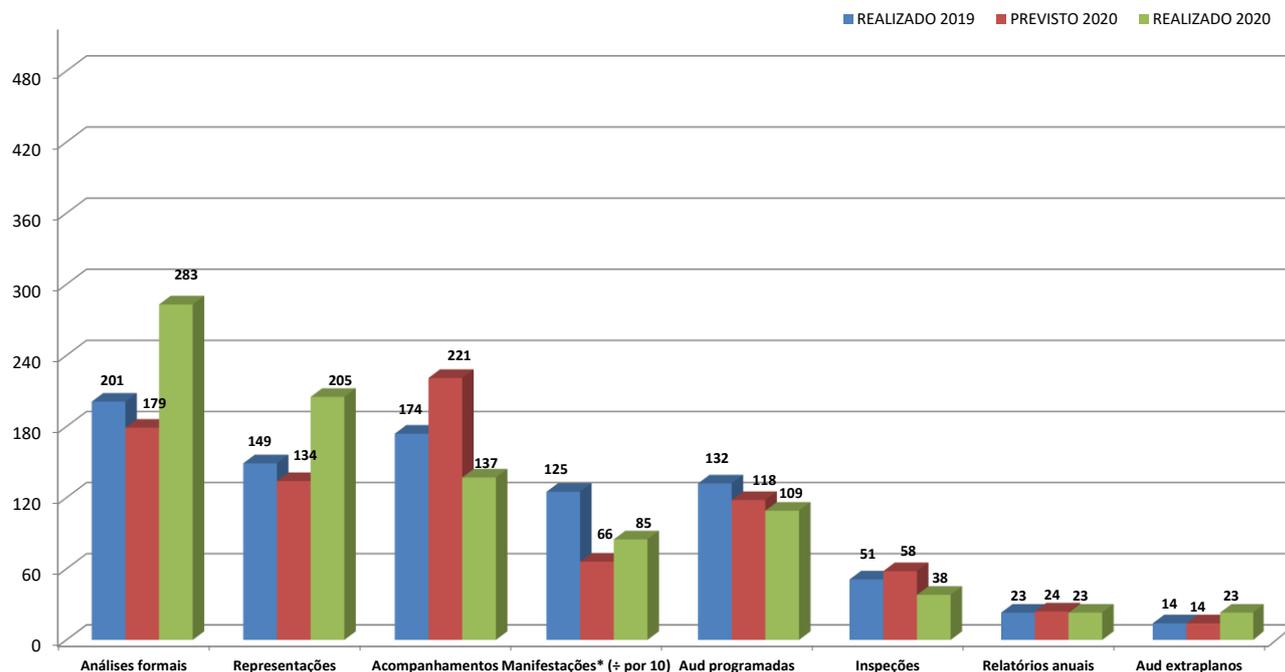


Gráfico 1: Principais fiscalizações previstas e realizadas em 2019

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

4.2. Distribuição dos recursos por tipo de fiscalização

Três atividades responderam por 56% da força de trabalho da SFC. São elas: manifestações (23% - incluindo aposentadorias e pensões), auditorias programadas (17%) e acompanhamentos (16%). Em 2019, as mesmas atividades respondiam por 65,5% do total, sendo 23,5% de manifestações 22% acompanhamentos e 20% de auditorias programadas.

Quando a base de comparação é a previsão do PAF, observa-se uma razoável manutenção da participação de cada atividade no consumo de Dufsf. A produção da SFC em cada modalidade de fiscalização será melhor analisada nos subitens a seguir.

Quadro 2: Distribuição dos Dusfs por modalidade de fiscalização no PAF 2020

Tipo de fiscalização	Qtde				Dusfs				
	Planej	%	Realiz.	%	Planej	%	Realiz.	%	Var part %
Aud. programada (exerc. ant.)	65	1%	96	1%	1.522	8%	2.399,8	12%	47%
Aud. programada (exerc. atual)	53	0%	13	0%	2.241	12%	924,6	5%	-61%
Total de auditoria programada	118	1%	109	1%	3.763	21%	3.324,4	17%	-17%
Auditoria extraplano	14	0%	23	0%	400	2%	491,9	3%	15%
Auditoria operacional	2	0%	1	0%	190	1%	241,5	1%	19%
Auditoria transversal	2	0%	0	0%	80	0%	341,3	2%	299%
Acompanhamentos	221	2%	137	1%	4.859	27%	3.202,5	16%	-38%
Acompanhamento - Determinações	6	0%	7	0%	70	0%	56,5	0%	-25%
Análise	179	2%	272	3%	1.025	6%	1.533,3	8%	40%
Análise adiantamento	0	0%	11	0%	0	0%	91,9	0%	-
Apoio técnico	7	0%	223	2%	1.326	7%	1.746,8	9%	23%
Informações gerais	9	0%	19	0%	275	2%	396,3	2%	35%
Inspeções	58	1%	38	0%	873	5%	699,0	4%	-25%
Manifestações	660	6%	848	9%	3.105	17%	4.466,4	23%	34%
Relatórios Anuais	24	0%	23	0%	517	3%	527,9	3%	-5%
Representação	134	1%	205	2%	480	3%	691,0	4%	35%
Retorno	23	0%	159	2%	115	1%	747,5	4%	508%
Subtotal	1.457	13%	2.075	23%	17.078	94%	18.558,2	95%	2%
Análise de Apos. e Pensões ⁽¹⁾	8.850	80%	6.583	72%	930	5%	886,6	5%	-11%
Manif.de Apos. e Pensões	820	7%	481	5%	240	1%	73,1	0%	-72%
Total	11.127	100%	9.139	100%	18.248	100%	19.517,9	100%	0%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

4.3. Comparação com exercícios anteriores

As análises de aposentadorias e pensões tiveram uma participação expressiva na produção de SFC. Entretanto, é importante lembrar que esses processos produtivos estão encapsulados e são realizados apenas pela Coordenadoria de Fiscalização e Controle III.

Assim, a análise dos resultados de SFC deve ser feita de duas formas: uma verificando-se os resultados das análises de aposentadorias e pensões; e a outra verificando-se os resultados dos demais processos produtivos, que são realizados por todas as Coordenadorias, com exceção da C-VIII, que trabalha precipuamente com projetos voltados à Tecnologia da Informação.

De acordo com o quadro 3, as análises de aposentadorias e pensões foi reduzida em 30%. Essa redução pode ser atribuída ao contexto da pandemia, tendo em vista que essas análises são realizadas em processos físicos.

Quadro 3: Evolução das fiscalizações entre 2012 e 2020

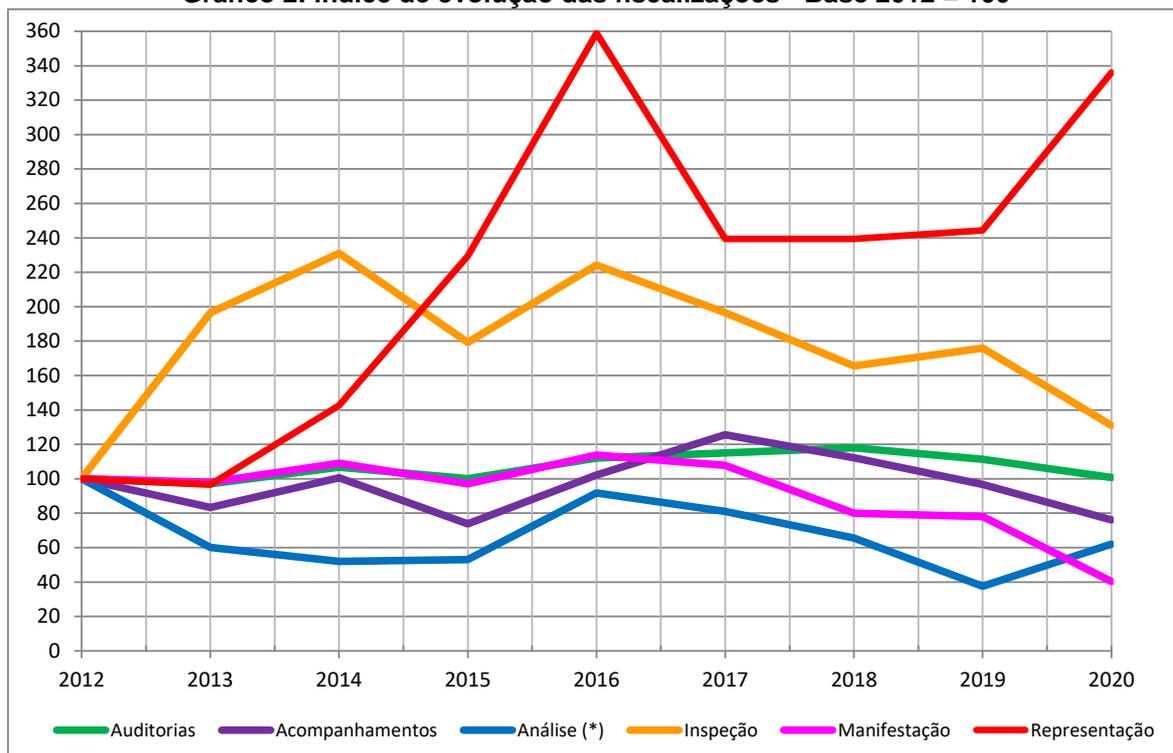
Tipo de fiscalização	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Var 2020-2019		Var. 2020 / média 2012-2019	
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.
Aud. progr. (Ex. Ant.)	70	82	81	92	82	106	86	97	83	103	75	115	65	96	-13%	-17%	-100%	1%
Aud. program. (Ex. atual)	61	37	47	21	43	22	48	24	92	31	79	17	53	13	-33%	-24%	-101%	-50%
Tot. aud. Progr.	131	119	128	113	125	128	134	121	175	134	154	132	118	109	-23%	-17%	-100%	-10%
Auditoria extraplano	16	23	14	20	13	21	20	32	18	23	18	14	14	23	-22%	64%	-101%	8%
Auditoria operacional											1	2	2	1	100%	-50%	0%	-50%
Acompanhamentos	184	181	200	133	182	184	334	226	363	202	244	174	221	137	-9%	-21%	-100%	-23%
Análise	175	228	268	233	197	403	516	356	418	288	272	165	179	272	-34%	65%	-100%	-8%
Análise de adiantamento	105	144	103	292	97	180	37	64	39	32	32	36	0	11	-100%	-69%	-101%	-94%
Análise de apos. e pensões	1.200	2.572	3.500	3.539	2.680	4.369	4.440	5.949	5.912	6.421	7.050	9.425	8.850	6.583	26%	-30%	-100%	50%
Apoio Técnico	0	16	0	35	0	41	0	238	0	205	0	169	7	223	-	32%	-	38%
Informações gerais	53	45	36	28	23	45	0	38	12	30	9	9	9	19	0%	111%	-100%	-51%
Inspeção	51	67	41	52	47	65	126	57	87	48	61	51	58	38	-5%	-25%	-100%	-29%
Manifestação *	2.198	3.590	1.448	3.195	1.577	3.747	3.936	3.550	2.876	2.633	2.112	2.571	1.406	1.109	-33%	-57%	-100%	-66%
Relatórios Anuais	24	22	21	23	25	24	24	23	25	26	29	23	24	23	-17%	0%	-101%	0%
Representação	54	87	53	140	77	219	189	146	147	146	122	149	134	205	10%	38%	-100%	63%
Retorno											0	35	23	159	-	354%	-	354%
Total	4.191	7.094	5.812	7.803	5.043	9.426	9.756	10.800	10.072	10.188	10.104	12.955	11.022	8.753	9%	-32%	-100%	-1%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

* Inclui aposentadorias e pensões

Por fim, a série histórica com a evolução da produção da SFC a partir de 2012 (ano base) é apresentada no gráfico a seguir. Observa-se que, naturalmente, os números não levam em consideração o conteúdo ou a complexidade dos trabalhos realizados, cujos exemplos são apresentados no item 2 deste relatório de prestação de contas.

Gráfico 2: Índice de evolução das fiscalizações - Base 2012 = 100



Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

(*) Todas as análises exceto adiantamentos e aposentadorias e pensões.

4.4. Origem das Fiscalizações

Conforme Resolução nº 03/2020. As origens das fiscalizações são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 4: Origem das Fiscalizações - PAF 2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ISO 9001

PRESTAÇÃO DE CONTAS - PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO 2020 - Período de Realização: De
01/2020 a 12/2020

Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total
		DD		EES		JA			MF		RB										
		DD	EES	JA	MF	RB															
Auditorias Programadas	117	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104	1	0	110	
Relatórios Anuais	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	22	
Aposentadorias	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68	68	
Pensões	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	23	
Representações	134	29	13	10	43	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	205	

Tipo de Fiscalização	PAF	Iniciativa Conselheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total
		DD		EES		JA			MF		RB										
		DD	EES	JA	MF	RB															
Manifestações	586	156	121	88	173	83	7	0	0	0	0	0	0	0	0	2	23	1	0	656	
Manifestações sobre Editais	74	30	46	8	18	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	0	128	
Manifestações AP, PE e AD	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56	56	

Tipo de Fiscalização	PAF	Iniciativa Conselheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total
		DD		EES		JA			MF		RB										
		DD	EES	JA	MF	RB															
Análises de Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	
Informações Gerais	9	2	3	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	18	
Acomp. Determinações /	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	7	

Tipo de Fiscalização	PAF	Iniciativa Conselheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total
		DD		EES		JA			MF		RB										
		DD	EES	JA	MF	RB															
Fiscalização de TI	5	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	2	2	0	0	10	1	0	18	
Auditorias Operacionais	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Auditorias Transversais	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Tipo de Fiscalização	PAF	Iniciativa Conselheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total
		DD		EES		JA			MF		RB										
		DD	EES	JA	MF	RB															
Acompanhamento	221	13	24	0	9	8	7	2	1	0	0	0	3	0	0	0	32	10	0	111	
Análise	179	71	84	7	16	3	2	1	0	0	0	0	25	3	0	36	9	9	266		
Auditoria Extraplano	14	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	7	0	13		
Inspeção	58	0	11	2	5	4	1	0	0	0	0	0	0	3	0	6	1	0	33		

4.4.1. Origem das fiscalizações de Iniciativa comum

Os Quadros a seguir apresentam os quantitativos de fiscalizações iniciadas em 2020 e os limites de quantidades estabelecidos pelo art. 3º, §4º e pela Tabela 2 da Resolução nº 03/2020, relativos às fiscalizações de iniciativa comum.

Os dados foram obtidos da consulta de tarefas e dos Relatórios de Prestação de Contas do sistema Átomo. Diferentemente dos quadros anteriores, que se baseiam nas tarefas concluídas para somar os quantitativos realizados, os quadros a seguir apresentam os quantitativos de tarefas abertas, não canceladas, com início previsto entre 01/01/2020 e 31/12/2020.

Observação: não estão somadas nos quadros 5 e 6, as tarefas em estoque, ou seja, aquelas já determinadas, mas ainda não programadas. Essas melhorias ainda serão implementadas nos relatórios do sistema Panorama.

Quadro 5: Origem das determinações por conselheiro Relator - Iniciativa Comum

Tipo de Fiscalização	DD	EES	JA	MF	RB	Limite por Conselheiro
Acompanhamento	13	24	0	9	8	22
Análise	71	84	7	16	3	18
Auditoria extraplano	1	2	0	0	0	1
Inspeção	0	11	2	5	4	6
Total	85	121	9	30	15	260

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

Quadro 6: Origem das determinações – Iniciativa Comum

Tipo de Fiscalização	Total Conselheiros	Limite Total Conselheiros (40%)	Lista de Prioridades Iniciativa Relator	Lista de Prioridades Iniciativa SFC	Total Lista Prioridades	Limite Lista de Prioridades (50%)	Total SFC	Limite SFC (10%)
Acompanhamento	56	88	3	2	5	110	7	23
Análise	181	72	1	25	26	7	11	3
Auditoria extraplano	3	4	0	1	1	89	5	18
Inspeção	22	24	0	0	0	29	0	5
Total	262	188	4	28	32	235	23	49

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

Cumprir registrar que estão consideradas as fiscalizações determinadas em decorrência da situação excepcional relativa à pandemia do novo coronavírus. Essa ocasião proporcionou um aumento de demanda em áreas específicas, especialmente as relativas à Função Saúde.

4.5. Concomitância das fiscalizações

Para o cálculo do indicador de concomitância são somadas as fiscalizações do tipo Acompanhamento (todos), Representações Concomitantes, Inspeções Concomitantes e Manifestações de Editais de Licitação. O valor é então dividido pelo total de fiscalizações realizadas no ano (exceto aposentadorias e pensões).

Isso porque, na avaliação da concomitância da fiscalização as aposentadorias e pensões alteram sensivelmente os resultados, haja vista a sua enorme quantidade em relação aos outros produtos. Como tais processos produtivos encontram-se encapsulados na Coordenadoria III, tais processos não são computados no indicador de concomitância.

Assim, analisando-se os resultados de todos os outros produtos, o percentual de concomitância em 2020 foi de 36%, considerando-se o número de fiscalizações realizadas, e de 35%, quando o cálculo é feito com base nos Dusfs consumidos. Em ambos os casos as metas para o exercício de 2019 foram superadas.

Se por um lado, há margem para melhoria desses números, por outro deve-se registrar que revelam uma razoável concomitância entre a atuação do TCMSP e a realização dos atos fiscalizados, número que se torna ainda mais relevante quando leva em conta as dimensões do município de São Paulo.

Quadro 7: Concomitância das fiscalizações realizadas em 2020

Fiscalizações	Dusfs	%	Qtde.	%
Com concomitância	5.858	35%	668	36%
Sem concomitância	10.953	65%	1.184	64%
Total	16.811	100%	1.852	100%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF.
Concomitância em relação à atuação da SFC, excluídas aposentadoria e pensões.

4.6. Desempenho por tipo de fiscalização

4.6.1. Auditorias Programadas e Extraplano

Em 2020 foram realizadas 96 auditorias programadas e 13 auditorias extraplano. Os Dusfs consumidos foram próximos ao previsto no PAF. Com isso, as auditorias (programadas e extraplano) foram a segunda atividade de fiscalização que mais consumiu recursos da SFC, superadas apenas pelas manifestações, conforme dados do Quadro 2 apresentado no subitem 3.2. O quadro a seguir apresenta os números destacados para as auditorias previstas e realizadas:

Quadro 8: Auditorias programadas e extraplano previstas e realizadas em 2019

PAF ANTERIOR (2018)				PAF ATUAL (2019)				Total				% realizado total	
Previsto		Realizado		Previsto		Realizado		Previsto		Realizado			
Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs
65	1.522	96	2.399,8	53	2241	13	924,6	118	3.763	109	3.324	92%	88%
Auditorias Extraplano								14	400	23	492	164%	123%
Total (programadas + extraplano)								132	4.163	132	3.816	100%	92%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

4.6.2. Acompanhamentos

A série histórica com a evolução da produção de acompanhamentos pela SFC é apresentada no quadro a seguir. Analisando-se os resultados de 2020, percebe-se que o número de acompanhamentos realizados diminuiu 23% em relação à média do período 2012-2019. Isso se deve fundamentalmente à pandemia da COVID-19 que impossibilitou a realização de muitos acompanhamentos de execução de contratos, convênios e obras. Essas fiscalizações demandam visitas *in loco*, que colocariam em risco a saúde dos auditores e seus familiares.

Esse fato não impediu, entretanto, que SFC atingisse suas metas de concomitância, conforme demonstrado no item 3.5 deste relatório.

Quadro 9: Evolução dos Acompanhamentos entre 2012 e 2020

Tipo de fiscalização	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2020 / média 2012-2020
Acompanhamentos	180	150	181	133	184	226	202	174	137	-23%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

A seguir detalhamos os dados sobre os acompanhamentos previstos e realizados:

Quadro 10: Acompanhamentos previstos e realizados em 2020

Modalidades	PAF 2020			Realizado			% Realizado	
	Quant	Dusfs	Dusfs/Qtde.	Quant	Dusfs	Dusfs/Qtde.	Quant.	Dusfs
Consulta Pública	0	0	-	0	0	-	-	-
Contrato De Gestão	3	150	50,0	0	0	-	-	-
Convênio	0	0	-	0	0	-	-	-
Diálogo	6	56	9,3	7	57	8,1	117%	101%
Edital	74	1.410	19,1	62	1.092	17,6	84%	77%
Execução Contratual	98	3.058	31,2	57	1.855	32,6	58%	61%
Fomento	2	135	67,5	0	0	-	0%	0%
Gestão Orçamentária E Financeira	1	31	31,0	1	42	41,6	100%	134%
Julgados	22	140	6,4	0	0	-	0%	0%
Lei De Responsabilidade Fiscal	16	121	7,6	10	97	9,7	63%	80%
Licitação	3	55	18,3	4	62	15,5	133%	113%
Monitoramento	3	30	10,0	0	0	-	0%	0%
Termo De Colaboração	6	194	32,3	3	54	18,0	50%	28%
Total	234	5.380	23,0	144	3.259	22,6	62%	61%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF

4.6.3. Representações

Em 2020, o número de representações superou em 53% o previsto no PAF e em 38% o realizado em 2019 (Quadro 3). Importante lembrar que a demanda por representações é externa à SFC, que não detém mecanismos para aumentar ou diminuir sua produção.

Quadro 11: Representações previstas e realizadas em 2020

Representações	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO	
	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs
Com concomitância	134	480	162	506,8	121%	106%
Sem concomitância			43	184,2	32%	38%
Total	134	480	205	691	153%	144%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

4.6.4. Inspeções

Foram realizadas, em 2020, 51 fiscalizações contra as 61 previstas no PAF para essa modalidade. Nesse caso, também é importante lembrar que a demanda por inspeções é externa à SFC, que não detém mecanismos para aumentar ou diminuir sua produção.

Quadro 12: Inspeções previstas e realizadas em 2019

Inspeções	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO	
	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs
Com concomitância	58	873	21	302,5	36%	35%
Sem concomitância			17	396,5	29%	45%
Total	58	873	38	699	66%	80%

4.6.5. Manifestações (retornos de processos)

O número de realizações de manifestações em 2020 11% inferior ao previsto no PAF. Foram 1.329 manifestações realizadas, ante as 1.480 previstas – incluídas aquelas referentes a aposentadorias e pensões.

As manifestações em processos de aposentadorias e pensões foram reduzidas de 1.322, em 2019, para 481 em 2020. Já a quantidade de manifestações relativas aos demais produtos de fiscalização aumentou 7% em relação ao ano de 2019. O consumo de Dusfs com todas manifestações representou 23% de toda a produção de SFC.

Tal desempenho corrobora o fato de que a SFC vem gastando uma parcela expressiva de seus recursos com uma atividade cuja efetividade é bastante baixa. De fato, historicamente, cerca de um quarto dos recursos humanos disponibilizados para as atividades de fiscalização vem sendo alocados na realização de manifestações.

Quadro 13: Histórico da realização de manifestações de 2008 a 2020

Ano	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO		Total Dusfs fiscal PAF 2020	
	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Qtde	Dusfs	Dusfs ⁽¹⁾	% ⁽²⁾
2020	1.480	3.345	1.329	4.540	90%	136%	19.518	23%
2019	2.112	4.128	2.571	4.757	122%	115%	20.224	24%
2018	2.876	4.100	2.633	5.478	92%	134%	20.601	27%
2017	3.936	4.786	3.550	5.534	90%	116%	21.896	25%
2016	1.577	2.105	3.747	4.342	238%	206%	18.957	23%
2015	1.448	1.776	3.195	3.147	221%	177%	12.838	25%
2014	2.198	2.210	3.590	3.435	163%	155%	14.246	24%
2013	1.747	3.130	3.222	3.753	184%	120%	15.603	24%
2012	2.309	4.143	3.291	4.494	143%	108%	16.766	27%
2011	2.090	3.992	2.638	4.565	126%	114%	17.636	26%
2010	1.720	3.641	2.515	5.285	146%	145%	19.192	28%
2009	1.690	4.055	2.092	5.417	124%	134%	20.469	26%
2008	1.275	3.430	2.247	5.669	176%	165%	22.721	25%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

(1) Total de dusfs gastos com fiscalização no PAF 2020.

(2) Participação dos dusfs utilizados em manifestação em relação a todos os dusf de fiscalização.

Observando a composição da realização das manifestações em 2020 com relação às quantidades, 36% das manifestações referem-se a aposentadorias e pensões, de modo que o direcionamento de recursos humanos a tal tipo de atividade está circunscrito a uma área. Já em número de Dusfs, as manifestações que mais consumiram recursos em 2020 foram às relacionadas a editais e execuções contratuais.

Quadro 14: Composições das manifestações em 2019

Modalidades	Realizado		% Realizado	
	Qtde.	Dusfs	Quant.	Dusfs
APOSENTADORIA e PENSÃO	481	73,1	36%	2%
REPRESENTAÇÃO	156	406,0	12%	9%
EDITAL	137	860,6	10%	19%
CONTRATO	108	619,8	8%	14%
EXECUÇÃO CONTRATUAL	114	811,6	9%	18%
AUDITORIA PROGRAMADA	75	351,6	6%	8%
RELATÓRIO ANUAL	45	280,1	3%	6%
INSPEÇÃO	51	265,6	4%	6%
LICITAÇÃO / CONTRATO / TA	13	74,3	1%	2%
CONVÊNIO	8	53,8	1%	1%
ADIANTAMENTO	16	55,0	1%	1%
DENÚNCIA	28	120,4	2%	3%
AUDITORIA EXTRAPLANO	16	78,0	1%	2%
CONTRATO DE GESTÃO	15	79,7	1%	2%
LICITAÇÃO	15	100,5	1%	2%
EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	18	63,6	1%	1%
DETERMINAÇÃO	3	15,5	0%	0%
OUTROS TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	30	230,8	2%	5%
TOTAL	1.329	4.540,0	100%	100%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas.

4.6.6. Análises

O quadro a seguir demonstra a evolução histórica da produção das análises entre 2012 e 2020.

Ao se comparar o resultado de 2019 com a média da produção entre 2012 e 2018, verifica-se uma redução de 8%.

Considerando que as análises são produtos realizados *a posteriori* e que seu resultado é de baixa efetividade, verifica-se uma tendência de diminuição de sua realização.

Quadro 15: Evolução das Análises entre 2012 e 2020

Tipo de fiscalização	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2020 / média 2012-2019
Análises	439	264	228	233	403	356	288	165	271	-8%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

*Não inclui representações e análises de aposentadoria e pensões

O quadro a seguir apresenta os dados sobre as análises previstas e realizadas.

Quadro 16: Análises previstas e realizadas em 2020

Modalidades	PAF 2020			Realizado			% Realizado	
	Qtde.	Dusf	Dusfs/ Qtde.	Qtde.	Dusf	Dusfs/ Qtde.	Qtde.	Dusf
AUXÍLIO E SUBVENÇÃO	6	60	10,0	6	57,1	9,5	100%	95%
CONTRATO	41	213	5,2	66	542,5	8,2	161%	255%
CONTRATO DE GESTÃO	2	20	10,0	3	30,5	10,2	150%	153%
CONVÊNIO	2	20	10,0	2	19,0	9,5	100%	95%
DENÚNCIA	0	0	-	16	58,2	3,6	-	-
EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	6	110	18,3	4	68,0	17,0	67%	62%
FOMENTO	5	30	6,0	2	20,0	10,0	40%	67%
LICITAÇÃO	32	149	4,7	13	134,3	10,3	41%	90%
LICITAÇÃO / CONTRATO / TA	0	0	-			-	-	-
OPERAÇÃO URBANA	3	90	30,0	1	25,0	25,0	33%	28%
PROCESSO SELETIVO	5	50	10,0	5	49,6	9,9	100%	99%
TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	67	231	3,4	150	505,6	3,4	224%	219%
TERMO COLABORAÇÃO	12	72	6,0	3	23,6	7,9	25%	33%
Total	181	1.045	5,8	271	1.533,4	5,7	150%	147%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas.

O Anexo I demonstra que ao longo de 2020, foram analisados 13 processos com valores acima de R\$ 100 milhões, que totalizam um montante fiscalizado de mais de R\$ 70,3 bilhões.

4.6.7. Relatórios Anuais de Fiscalização (RAFs)

Todos os relatórios de contas previstos foram elaborados, conforme quadro a seguir.

Quadro 17: Relatórios anuais realizados em 2019

Coord.	Realizado		Relatórios Anuais concluídos
	Qtde	duSF	
C-I	8	278	CMSP, PMSP, SFMSP, SP-NEGÓCIOS, SP-PARCERIAS, SPDA, SPSEC, e TCMSP
C-II	3	45	FTMSP, FUNDATEC e SPCine
C-III	3	33,2	ADE SAMPÁ e IPREM
C-IV	2	35	HSPM e AHM
C-V	3	45	CET, SPTRANS e SPTURIS
C-VI	1	5	AMLURB
C-VII	4	66,7	COHAB, FMH, SP-OBRAS e SP-URBANISMO
Total	24	507,9	

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

5. MONTANTE DA DESPESA FISCALIZADA

O quadro 12 apresenta os montantes fiscalizados pela SFC em 2019. Importante ressaltar que tais montantes variam fundamentalmente em função dos valores dos Editais de Licitação publicados pelos diversos órgãos que compõem Prefeitura do Município de São Paulo.

Quadro 18: Montante da despesa analisada em R\$ mil

ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	2020
Acompanhamento - CONSULTA PÚBLICA	-
Acompanhamento - CONTRATO DE GESTÃO	-
Acompanhamento - CONVÊNIO	-
Acompanhamento - EDITAL	28.272.379
Acompanhamento - EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.952.981
Acompanhamento - FOMENTO	-
Acompanhamento - LICITAÇÃO	1.499.300
Acompanhamento - TERMO DE COLABORAÇÃO	8.892
ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO (continuação)	2019
Análise - ADIANTAMENTO	214
Análise - AUXÍLIO E SUBVENÇÃO	6.596
Análise - CONTRATO	2.674.197
Análise - CONTRATO DE GESTÃO	177.480
Análise - CONVÊNIO	33.779

Análise - EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	40.470
Análise - FOMENTO	800
Análise - LICITAÇÃO	2.321.974
Análise - LICITAÇÃO / CONTRATO / TA	-
Análise - OPERAÇÃO URBANA	7.695
Análise - PROCESSO SELETIVO	120.690
Análise - TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	68.361.076
Análise - TERMO DE COLABORAÇÃO	49.845
Análise - TERMO DE COPATROCÍNIO	-
Representação	313.388

Diversas das fiscalizações realizadas em 2020 envolveram montantes acima de R\$ 100 milhões, conforme quantificado a seguir:

Quadro 19: Quantidades de fiscalizações com montantes acima de R\$ 100 milhões

Tipo de fiscalização	Qtde	Total acima de R\$ 100 milhões
Acompanhamento - LICITAÇÃO	2	1.494.585.340
Análise - CONTRATO	3	3.182.337.364
Representação	2	296.216.594
Acompanhamento - EDITAL	19	27.100.086.717
Acompanhamento - EXECUÇÃO CONTRATUAL	5	6.286.772.672
Análise - TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	8	67.689.956.064
Análise - LICITAÇÃO	3	2.383.459.190
Acompanhamento - CONTRATO DE GESTÃO	2	278.595.454

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

O detalhamento dessas fiscalizações está apresentado no Anexo I.

6. PROJETOS DE MELHORIA EM SFC

A SFC vem desenvolvendo diversos projetos com o objetivo de aprimorar os procedimentos de auditoria e o relacionamento com a sociedade. Com o Plano Estratégico do TCMSP, alguns dos projetos que iniciaram em anos anteriores foram inseridos no escopo do plano, e vários outros foram concebidos a partir de 2020.

Destacamos a seguir os principais projetos desenvolvidos no período de 2020 e os que estão em desenvolvimento.

5.1 Projeto Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização

O projeto pretende desenvolver normas (resoluções) e manuais visando à adaptação dos produtos de fiscalização do TCMSP às NBASP, às melhores práticas internacionais e às demandas da sociedade atual, disciplinando auditorias operacionais, financeiras e de conformidade e aprimorando os demais produtos (e-TCM 8887/2020).

O escopo desse projeto prevê três subprojetos, a saber: a) Desenvolver 1 (um) Manual para 1 (um) dos seguintes tipos de auditoria: conformidade, financeira e operacional; b) Elaborar minuta que regulamenta a Análise das Funções de Governo, a ser submetida a superior aprovação; e c) Elaborar Procedimento Operacional Padrão (POP) para auditoria de Segurança em Aplicativos Web. Portanto, para melhor demonstrar o andamento das atividades, a seguir foram subdivididos os tópicos abrangidos por esse projeto.

5.1.1 Manual de Auditoria Governamental

O novo Manual de Auditoria Governamental do TCMSP é um aperfeiçoamento do atual Manual de Fiscalização e busca adequar a auditoria do Tribunal às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). O documento contemplará os princípios e conceitos gerais de auditoria governamental, e para as auditorias específicas haverá os respectivos manuais como complemento (auditoria operacional, financeira, de conformidade, de obras de engenharia, de tecnologia da informação). As normas e procedimentos previstos no atual Manual de Fiscalização que não estejam diretamente ligadas ao Manual de Auditoria Governamental passarão a ser previstas, atualizadas, no Regulamento Interno da SFC.

O Manual de Auditoria Governamental foi apresentado no Fórum Nacional de Auditoria no TCMSP, realizado pelo Instituto Rui Barbosa nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2019, na Escola de Contas, com prazo para consulta e sugestões até

17.01.2020. Após as colaborações dos auditores da SFC, o Manual passou pelos ajustes sugeridos e está na etapa de revisão interna para aprovação do Subsecretário de Fiscalização e Controle Externo.

5.1.2 Manual de Auditoria Operacional

Com a aprovação da Resolução nº 14/2019, que disciplinou as auditorias operacionais no TCMSP, foi criado o grupo tático de auditoria operacional com fins de dar apoio às equipes de auditoria que realização auditorias operacionais. O e-TCM 346/2019 possui o histórico das reuniões realizadas pelo Grupo de Estudos sobre a normatização das Auditorias Operacionais no âmbito desta Corte.

Em 2020 foi finalizado o Manual de Auditoria Operacional (e seus apêndices), desenvolvido com base nos princípios e diretrizes das NBASPs, e foi revisado pelo grupo de estudos e encaminhado ao coordenador do grupo para revisão e posterior abertura para consulta de sugestões dos auditores do TCMSP.

Os próximos passos são a aprovação do Manual de Auditoria Operacional e o disciplinamento da atuação do grupo como apoio às equipes de auditoria.

5.1.3 Manual de Auditoria Financeira

No escopo do Projeto de Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização, previsto no Plano Estratégico do TCMSP (e-TCM 8887/2020), estão o desenvolvimento de um dos manuais de auditoria (operacional, de conformidade ou financeira), a elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para auditoria de Segurança em Aplicativos Web, além da proposta de regulamentação para os relatórios de funções de governo (item que será discutido mais adiante neste relatório).

Como o Manual de Auditoria Operacional já está na etapa final de revisão para liberar para sugestões dos auditores da SFC, a ideia é trabalhar no desenvolvimento dos demais manuais (auditoria financeira e de conformidade). Para tanto, foi formado o grupo de trabalho para desenvolver esses documentos, e

no caso do Manual de Auditoria Financeira está sendo desenvolvido pelos seguintes auditores: Helen Cristina Steffen (SFC), Guilherme José de Lima (C-IV), e Rafael Oshiro Kobashigawa (C-II). Ao final de 2020 a equipe havia se apropriado dos estudos necessários para trabalhar no documento, e pretende-se desenvolver os capítulos e revisar no período de 2021.

5.1.4 Manual de Auditoria de Conformidade

Este documento está no mesmo *status* do Manual de Auditoria Financeira, sendo que o grupo que está trabalhando na sua elaboração é o que segue: João Henrique L. M. Florence (SFC), Francisco Scattolin Filho (C-IV), Carlos Richelle Soares da Silva (C-VI), e Leonardo Cesar de Castro (NGG).

Pretende-se desenvolver no decorrer de 2021 os capítulos do manual de auditoria de conformidade, e revisá-lo para colocar à disposição das sugestões/colaborações dos demais auditores da SFC.

5.1.5 Manual Técnico de Auditoria de TI

Em 2020, dentro do escopo do projeto de Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização, a equipe do Grupo de Auditoria de TI (GATI) desenvolveu o Procedimento Operacional Padrão (POP) para Auditoria de Segurança em Aplicativos Web, e atualizou o Manual Técnico de Auditoria de TI.

Os documentos foram enviados no final de 2020 para aprovação da Secretaria Geral, e posteriormente serão disponibilizados no portal da intranet do TCMSP para consulta dos demais auditores da SFC.

5.1.6 Manual de Auditoria de Serviços e Obras de Engenharia

O grupo formado em 2019 para a revisão do Manual de Auditoria de Serviços e Obras de Engenharia trabalhou na elaboração dos capítulos do documento no decorrer de 2020, e ao final do exercício a tarefa estava na etapa de conclusão (estimada para o primeiro semestre de 2021). Isso permitirá que os capítulos sejam

disponibilizados em breve para consulta e crítica dos demais auditores de controle externo da SFC.

O grupo foi constituído pelos seguintes auditores com formação em Engenharia Civil: Aline Berger Ceresino (C-II), Dimitri Fabricio Carvalho Rodermel (C-VII), Eduardo Emilio Lang Di Pietro (C-VII), Fernando Celso Morini (C-VI), Marcos Alves de Carvalho (C-V), Rafael Rocha Lins (C-V), Raphael Costa Carvalho (C-VI), Rafael Pecanha Weissman (SFC) e Eduardo Silveira Carvalho (C-VI).

5.1.7 Regulamentação das Funções de Governo

Após a publicação das resoluções sobre auditorias operacionais e transversais em 2019, o Grupo de Normatização de Auditoria Operacional foi incumbido pelo Secretário Geral para disciplinar os relatórios de função de governo. Para tanto, o grupo foi constituído por integrantes dos gabinetes, da SFC, da AJCE e do NGG.

O objetivo do grupo nesta etapa de trabalho foi definir os parâmetros para o relatório de Função: Objetivo da Função de Governo, Resultado da Função de Governo, Momento da Apreciação da Função de Governo, Fluxo Processual da Função de Governo, Nome do Produto Função de Governo, e elaborar as propostas de resoluções para regulamentar a análise desses relatórios.

O e-TCM 346/2019 contém os históricos de reuniões realizadas e das atas com os resumos dos encaminhamentos de cada etapa. No dia 23.04.2020 foi anexada ao processo uma proposta de resolução para alterar a redação dos artigos 31, 44 e 153 do Regimento Interno, e uma proposta de resolução para disciplinar as análises dos relatórios de função de governo no âmbito do TCMSP. E o relatório com os resultados do grupo de trabalho sobre a normatização das análises de função de governo e o encaminhamento para a SG para a aprovação junto ao Pleno do TCMSP foram encaminhados na mesma data.

A proposta de resolução foi apreciada pelo Pleno do TCMS, e foram aprovadas as Resoluções nº 15 e 16/2020 que regulamentaram o tema.

5.2 Projeto Nova Regulamentação de Adiantamentos

No âmbito das iniciativas do Plano Estratégico do TCMSP foi inserido o Projeto Nova Regulamentação de Adiantamentos, que durante o período de 2020 revisou as legislações aplicáveis e analisou se havia necessidade de alterações tendo em vista o tempo decorrido desde a última atualização. O e-TCM 8959/2020 contém o histórico das atividades desenvolvidas.

A Subsecretaria Administrativa encaminhou à Secretaria Geral, para deliberação, minuta de novo regulamento interno, conforme e-TCM 8849/2018, a qual foi apreciada pela Assessoria Jurídica e, juntas, prosseguiram suas análises. A proposta desenvolvida contemplou, dentre outros, modificações nas formalidades para a concessão de adiantamentos, pagamento do numerário e realização de despesas. Também foram definidos procedimentos para realização de prestação de contas, incluindo formulários e documentos a serem apresentados pelo servidor responsável, e da respectiva análise no âmbito do controle interno, com posterior publicação do despacho decisório em Diário Oficial.

O processo de revisão da minuta realizado pela Secretaria Geral contou com a participação dos setores envolvidos na elaboração do documento. Dentre os ajustes realizados, foi conferida solução ao item que trata do exame realizado pela Subsecretaria de Fiscalização que, até então, abrangia a totalidade das despesas com adiantamento efetuadas neste Tribunal. Nos termos propostos, a auditoria será realizada por procedimento próprio estabelecido no Plano Anual de Fiscalização e em demais normas aplicáveis ao tema no âmbito do controle externo. Foi prevista a revogação expressa da Ordem Interna nº 06/08 e do item 5 da Ordem Interna 05/2008, que regulamenta a análise efetuada pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle.

A minuta revisada e seus anexos foram apreciados e aprovados pela Presidência deste Tribunal, resultando na publicação da Ordem Interna 06/2020, de 08 de maio de 2020.

5.3 Programa Teletrabalho

O programa pretende regulamentar e viabilizar a implementação do o regime de teletrabalho (*home office*) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ainda em 2019, momento anterior à pandemia do novo coronavírus, foi formado Grupo de Trabalho para avaliação de proposta feita pelo Sindilex para realização do teletrabalho no âmbito do TCMSP, culminando em revisão do documento apresentado e elaboração de nova minuta, encaminhada à Presidência pelo eTCM 003934/2019, para fins de adoção da primeira experiência (que seria a “experiência-piloto” no âmbito do Tribunal) de teletrabalho na Corte.

Em 2020, houve a inclusão do Programa “Teletrabalho” no escopo do Plano Estratégico do TCMSP (eTCM 10408/2020), e a Portaria 385/2020 constituiu o grupo de trabalho composto pelos seguintes servidores: Ricardo E. L. O. Panato (RF 20.194 - Patrocinador) – SG, Ramon Dumont Ramos (RF 20.257 - Gerente – SG, Lívio Mário Fornazieri (RF 819) – SFC, Ari de Soeiro Rocha (RF 20.139) – SFC, Iara Conceição Ciroso (RF 746) – SA, Marcelo Veiga (RF 1.601) – NGG, Luiza Correia Hruschka (RF 1.472) – GRT e Estevan Gomes de Camargo (RF 30.385) – NTI.

Foram realizadas sucessivas reuniões, tomando por base a proposta que estava submetida à Secretaria Geral no início do ano de 2020, antes da pandemia, para adequação dos seus termos a um período posterior à situação de emergência de saúde pública, considerada a experiência obtida com o teletrabalho emergencial. Ademais, foi elaborado Relatório de Análise do Teletrabalho Emergencial, o qual trouxe informações a respeito das prestações de contas das unidades ocorridas durante o ano, bem como resultado de pesquisas formuladas pela GRT com os servidores e gestores do Tribunal abordando o assunto.

A proposta desenvolvida pelo grupo de trabalho abordou o conceito de teletrabalho, possíveis participantes, a modalidade de teletrabalho, estabelecimento de atividades e metas – plano de trabalho, regra de transição para a implementação do

formato pós-pandemia, entre outros. E o encaminhamento futuro será a submissão à aprovação superior da Direção do Tribunal.

5.4 Projeto Concurso Público 2020

O e-TCM 14325/2020 está vinculado ao Projeto Concurso Público 2020, que trata da realização de Concurso Público para preenchimento de cargos efetivos vagos no âmbito do TCMSP. O Edital foi publicado no início de março, prevendo duas etapas: aplicação de provas objetivas e discursivas; e curso de formação.

Porém, com o advento da pandemia do novo coronavírus em 2020, as atividades desse projeto estão em *stand by* aguardando novas definições sobre o andamento do trabalho da comissão designada para tal, tendo em vista as recomendações das autoridades da saúde para prevenção da contaminação pela Covid-19.

5.5 Projeto Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão

O projeto pretende identificar ou desenvolver e implantar sistema de informação com a finalidade de otimizar o processo de protocolo, análise e homologação das aposentadorias e pensões (e-TCM 8798/2020).

Durante o período de 2020, o grupo estudou modelos de outros Tribunais de Contas brasileiros, e se reuniu por videoconferência com o TCM-RJ, TCE-MT, TCE-SC, e TCE-SP para conhecer seus sistemas de informações voltados para atos de pessoal, inicialmente voltada a conhecer mais as ferramentas de fiscalização do sistema, métodos de coleta de dados e integração com outros sistemas e fluxo dos processos no Tribunal. Entre os modelos apresentados, identificou-se que o TCM-RJ e o TCE-SC possuem aspectos de fiscalização e fluxo de processos mais próximos do que a UTAP busca para seu sistema de informação.

Ao final do período, o grupo estava na etapa de avaliação sobre requisitos necessários para decisão sobre adquirir um sistema existente ou desenvolver internamente.

5.6 Projeto Sistema de Auditoria

O projeto pretende identificar ou desenvolver e implantar sistema de informação com a finalidade de auxiliar na execução de auditorias, compreendendo o planejamento, a documentação, a elaboração do relatório, a gestão dos trabalhos, entre outros, por cumprimento de etapas sistematizadas, em conformidade com os normativos internos (e-TCM 8683/2020).

Durante o período de 2020, o grupo se reuniu com as equipes da SFC para colher as sugestões sobre requisitos para um sistema de auditoria, e analisou as opções disponíveis no mercado para aquisição, para aderência de outros TCs, e ainda a estrutura interna do TCMSP para desenvolver um sistema aderente aos requisitos indicados. Foi elaborado o relatório contendo a análise técnica sobre as alternativas avaliadas, e será encaminhado para deliberação superior.

5.7 Programa de Formação Continuada de Auditores

O programa tem o objetivo de capacitar os auditores que participam do processo de controle externo, com o intuito de reduzir possíveis desníveis de compreensão e conhecimento em relação às competências técnicas e comportamentais necessárias ao desempenho das respectivas funções (e-TCM 8694/2020).

Em 2020, o grupo levantou modelos e metodologias utilizadas por outros TCs em relação à avaliação por competências, utilizando como fonte de consulta os documentos disponibilizados pelo TCE-BA, TCE-MG, TCE-DF, TCE-RJ e TCU. Foram ainda utilizados como parâmetro para elaboração do mapeamento das competências técnicas os documentos disponibilizados pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) e aqueles disponibilizados pelo Grupo Técnico do Instituto Rui Barbosa que trata do tema de trajetórias profissionais. Além disso, o trabalho de mapeamento de competências realizado pelo grupo de trabalho se baseia nos princípios e diretrizes das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Ao final de 2020, o grupo havia completado o mapeamento das competências técnicas por etapa do ciclo de auditoria (planejamento, execução, relatório e monitoramento), e iniciado o mapeamento das competências comportamentais.

5.8 Programa Acordos Administrativos

O programa tem por objetivo possibilitar ao TCMSP dar tratamento juridicamente adequado a instrumentos oriundos de consensualismo no âmbito da administração pública (e-TCM 16264/2020). O programa abarca dois projetos conforme segue:

- Projeto de “Implementação dos Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) no TCMSP para a elaboração de contraminuta de Resolução disciplinadora de TAGs no âmbito desta E. Corte de Contas (eTCM 008247/2019). Em 24.06.2020, foi realizada uma reunião virtual em parceria com técnicos do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), que expuseram a prática e a experiência daquela E. Corte de Contas na negociação, na assinatura e no monitoramento de mais de 500 (quinhentos) TAGs que já celebrou. A partir das discussões do grupo no decorrer do ano e da troca de experiência com os servidores do TCM-PA, foi elaborada a proposta de Resolução para ser apreciada pela Secretaria Geral.

- Projeto de “Acordo de Leniência” tem por objetivo a elaboração de proposta de normatização acerca da atuação do Tribunal no controle externo de acordos de leniência firmados pela Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo. Em 2020, foi realizada uma *Webinar* sobre “Acordos de Leniência e Tribunais de Contas” – 31.07.20 com a participação de integrantes do grupo de estudo.

5.9 Projeto Mesa Técnica

O estudo e a elaboração da minuta de regulamentação da Mesa Técnica foram desenvolvidos de forma conjunta pela Secretaria Geral – SG, pela Assessoria Jurídica de Controle Externo – AJCE e pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle – SFC no início do presente ano, sob a supervisão e acompanhamento da Presidência do Tribunal (e-TCM 13420/2020).

Após a finalização da primeira versão por essas unidades, a minuta foi submetida à apreciação dos Gabinetes dos N. Conselheiros e, após debate e incorporação dos aperfeiçoamentos solicitados pela Direção do Tribunal, a regulamentação restou aprovada na Sessão Plenária de 04/03/2020. A minuta revisada foi apreciada e aprovada pelo Plenário deste Tribunal, resultando na publicação da Resolução nº 02/2020, de 04 de março de 2020.

No período de 2020 foram realizadas as seguintes mesas técnicas:

Quadro XX: Mesas técnicas 2020

Data	Assunto	e-TCM
05.03.20	Edital - Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de manutenção preventiva, corretiva, reparação, adaptação, modificação e complementação em empreendimentos e imóveis sob gestão da COHAB-SP, com fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada.	22.000/2019
12.03.20	Edital da Concorrência no. 1/SGM-SMT/2020, cujo objeto é a Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo.	13.707/2019
04.06.20	Concessão dos cemitérios e crematórios públicos, e da prestação de serviços funerários - Acompanhamento – Edital da Concorrência 02/SGM/2020.	2.831/2020
15.06.20	Edital da Concorrência no. 1/SGM-SMT/2020, cujo objeto é a Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo.	13.707/2019
18.06.20	Edital de Concorrência Pública 03/2018 – Contratação de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços técnicos especializados necessários ao Programa de Regularização Fundiária de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação do Município de São Paulo.	1.968/2019
01.10.20	Edital do pregão eletrônico nº 47/SME/2020, para aquisição de 465.500 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) unidades de dispositivos móveis portáteis do tipo tablet para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.	11.274/2020

5.10 Ação Estudo de Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados

A ação consiste na elaboração de manual de boas práticas, ou instrumento análogo, para o tratamento de dados pessoais no âmbito deste TCMSP, a partir dos

trabalhos desenvolvidos por um Grupo de Estudos para avaliar os impactos da LGPD no Tribunal e em sua esfera de atuação.

Em 2020 foram realizados dois eventos sobre o tema: Webinar: “Desafios na Implantação da LGPD” - via Escola de Gestão e Contas do TCMSP no dia 16.07.20, e a participação no Congresso: "Os Desafios do Controle da Administração Pública na Lei Geral de Proteção de Dados" - via Escola de Gestão e Contas do TCMSP e Escola Superior da Advocacia nos dias 12 e 13.11.20. A etapa de elaboração do documento proposto pelo grupo se dará no período de 2021.

5.11 Projeto Matriz de Responsabilização

O projeto pretende definir critérios para elaboração de matriz de responsabilização nos relatórios de auditoria, a fim de que as condutas sejam devidamente individualizadas e os responsáveis corretamente identificados (e-TCM 9057/2020).

Para tanto, utilizará como base o produto do Grupo de Estudos sobre “Padronização da Indicação de Responsáveis em Relatórios de Auditoria” (constituído por meio da Portaria nº 418/2018), que enviou o seu relatório final com o trabalho desenvolvido à Secretaria Geral em 2020 (e-TCM 7739/2018), e fechou o período de 2020 respondendo aos questionamentos feitos pelos Conselheiros. A próxima etapa será a assinatura do documento que ocorrerá em 2021.

5.12 Projeto Controle Prévio de Licitações

O projeto visa regulamentar o controle prévio de processos de desestatização realizados pela Administração Pública municipal, compreendendo as privatizações de empresas, as concessões e permissões de serviço público e as contratações das Parcerias Público-Privadas (PPP) (e-TCM 10086/2020).

No período de 2020 o grupo se reuniu com representantes do TCE-CE, TCE-PR, e TCU, para que estes compartilhassem a sua experiência com a implantação do

controle prévio de licitações, entendimentos, etapas de análise, fundamentações legais utilizadas pelos TCs, fluxos de trabalho, entre outros. O trabalho desenvolvido pelo grupo foi discutido em conjunto com os Conselheiros do TCMSP, e levado para conhecimento da Presidência do TCMSP ao final de 2020 para posterior deliberação sobre a regulamentação.

5.13 Projeto Tomada de Contas

O projeto pretende desenvolver regulamentação dos procedimentos necessários à realização da Tomada de Contas no âmbito do TCMSP (e-TCM 8931/2020). Estudos preliminares foram desenvolvidos pela AJCE e pela SG, com a elaboração de proposta para regulamentação da matéria, encaminhadas para ciência e manifestação da Subsecretaria de Fiscalização e Controle e dos Conselheiros. (TC/001634/2016).

Durante o exercício de 2020, o grupo de trabalho formado para o projeto elaborou uma minuta de regulamentação, comparando com normativos do TCE de Santa Catarina, de Mato Grosso e do Pará, e fechou o ano com a proposta de fazer reunião com os TCs mencionados para discutir pontos de dúvida e elaborar a minuta final para ser apreciadas pelas instâncias superiores.

5.14 Projeto Estudo sobre o Acompanhamento da Execução de Julgados

O projeto pretende, por meio de um grupo de estudos, prospectar em outros Tribunais de Contas as melhores práticas quanto ao acompanhamento da execução de seus julgados (e-TCM 8882/2020).

Durante o período de 2020, o grupo de trabalho efetuou o levantamento dos procedimentos adotados nos demais TCs do Brasil, e após foi analisada uma seleção de possíveis modelos que poderiam servir de base para o TCMSP. Foram realizadas reuniões com os seguintes TCs para conhecer melhor as práticas adotadas nas suas instituições: TCE-PR, TCE-RO e TCE-TO. Na sequência, discutiram-se quais seriam os principais parâmetros de cada modelo, em relação às diretrizes da Atricon e quanto à aderência à realidade do TCMSP, e quais

deveriam ser contemplados para a definição dos modelos finais. O grupo optou por não apresentar modelos fechados de solução, mas, sim, apresentar, pelo menos, duas alternativas para cada parâmetro selecionado, que subsidiarão a construção de um modelo próprio para o TCMSP.

O relatório preliminar foi elaborado com as propostas discutidas, e a partir de 2021 o trabalho realizado pelo grupo será continuado no projeto "Modelo de acompanhamento das decisões proferidas pelo Tribunal", previsto no Plano Anual 2021 da Secretaria Geral conforme o eTCM 015493/2020.

5.15 Programa Quantificação de Benefícios do Controle Externo

O programa pretende definir e aplicar metodologia para quantificação dos benefícios financeiros e não financeiros gerados pela atuação do controle externo do TCMSP, por meio de desenvolvimento de sistema ou de módulo no futuro sistema de auditoria ou no e-TCM, de acordo com as especificações, critérios e tipologias estabelecidos no Manual de Quantificação de Benefícios gerados pela Atuação das Cortes de Contas (MQB), elaborado pela ATRICON e que pode ser utilizado como base pelos Tribunais de Contas no país (e-TCM 8512/2020).

No período de 2020, a equipe de trabalho desenvolveu o estudo sobre as tipologias do MQB, e levantou possíveis dificuldades junto às coordenadorias da SFC para colocar em prática os conceitos adotados no Manual. Ao final de 2020, o grupo estava discutindo a definição do fluxograma de registro dos benefícios no âmbito do TCMSP para analisar posteriormente qual será a melhor forma de implementar o sistema de quantificação dos benefícios.

5.16 Programa Seleção de Objetos de Fiscalização

No escopo do Programa Seleção de Objetos de Fiscalização (e-TCM 8414/2020), a SFC desenvolveu um trabalho de aprimoramento da matriz de seleção de objetos que foi utilizada para o PAF 2020, definindo critérios para seleção baseados em risco, materialidade, relevância e oportunidade, com a ponderação de peso para

cada um no contexto da seleção, bem como o desdobramento de diversas questões para cada critério a fim de se estabelecer as prioridades para fiscalização.

Para elaborar a lista de temas prioritários para fiscalização no exercício de 2021, as equipes analisaram os objetos sob os quatro aspectos citados (risco, materialidade, relevância e oportunidade), e consideraram ainda a experiência e o conhecimento adquirido pelas equipes em trabalhos anteriores, o acompanhamento de alterações legislativas que impactem nos objetos de fiscalização, as principais políticas públicas estabelecidas pelo município e sua relevância para a sociedade, os temas relevantes discutidos pela mídia, informações sobre processos licitatórios do município pelos sistemas de informações, entre outros.

Os pesos atribuídos a cada requisito foram definidos pelo Núcleo de Governança e Gestão do TCMSP (NGG), mantendo assim a imparcialidade necessária em relação aos critérios para a seleção dos objetos de forma mais objetiva, e ainda possibilitando uma avaliação posterior sobre os trabalhos realizados e a efetividade da matriz de seleção. O produto desse trabalho foi uma matriz de seleção mais bem elaborada e que levou em conta os aspectos mais relevantes para a atuação do controle externo pelo TCMSP, e há estudos em andamento que avaliam a possibilidade de aprimorar ainda mais essa matriz com uma ferramenta da BI no futuro.

5.17 Projeto Matriz de Instrução de Procedimentos Administrativos de Ouvidoria

O projeto pretende estabelecer critérios para o encaminhamento das demandas recebidas no TCM pela Ouvidoria, no qual foram elaborados estudos e minuta de instrumento de normatização e de uniformização para os encaminhamentos dos diferentes procedimentos administrativos de Ouvidoria, inclusive possíveis decorrências daquelas solicitações que possuam conexão com as atividades de controle externo (e-TCM 9154/2020).

Para elaborar a proposta de minuta de regulamentação, o grupo de trabalho levantou procedimentos adotados nos demais TCs no Brasil, e definiu qual modelo

poderia ser adotado no TCMSP considerando as características do órgão, estrutura atual e atividades já regulamentadas internamente para a Ouvidoria. A proposta de regulamentação foi elaborada e enviada no final de 2020 para análise da AJCE.

5.18 Projeto Criação da Unidade de Informações Estratégicas

O projeto pretende instituir e implantar no TCMSP a Unidade de Informações Estratégicas, nos termos da Resolução nº 07/2014 da Atricon (e-TCM 10151/2020). Essa unidade será responsável pela implementação de técnicas, procedimentos e ferramentas tecnológicas que aprimorem a gestão da informação e propiciem maior eficiência e efetividade às ações do controle externo e ao uso das bases de dados desenvolvidas ou acessadas pelo Tribunal na realização de pesquisas para as atividades administrativas e de fiscalização.

Durante o período de 2020, o grupo de trabalho elaborou uma minuta de resolução, que ao final do ano foi encaminhada para deliberação superior.

5.19 Projeto Asseguração da Qualidade das Auditorias

O projeto tem como objetivo estabelecer um sistema de asseguração da qualidade dos relatórios de auditorias concluídas por SFC de forma a responder aos seus riscos de qualidade a fim de manter a reputação, aumentar a credibilidade e a qualidade desses trabalhos (e-TCM 10406/2020).

No desenvolvimento do trabalho, o grupo coletou sugestões junto ao corpo técnico da SFC por meio de uma pesquisa aplicada com uso de questionário, abordando os requisitos do elemento 6 da NBASP 40. Com as respostas, o grupo elaborou a minuta do normativo sobre Asseguração da Qualidade, N-EQ-014, a qual foi enviada ao final de 2020 para análise crítica das coordenadorias da SFC.

5.20 Programa Observatório de Políticas Públicas

O Observatório de Políticas Públicas do TCMSP será um programa responsável por sistematizar as informações produzidas no âmbito do Município de São Paulo e

do Tribunal a fim de contribuir para a reflexão acerca das Políticas Públicas executadas no Município de São Paulo.

Durante o período de 2020, o grupo mapeou iniciativas convergentes, iniciou a formalização das parcerias com o IEA/USP, Fundação Tide Setúbal, Uninove, e UFABC, e promoveu o envolvimento das áreas internas do TCMSP, tais como o NTI, AJCE, SFC e SG. O grupo consultou especialistas da Academia e da sociedade civil organizada, que identificaram diversas potencialidades em um Observatório no TCMSP, e foram criados então os grupos temáticos – Educação, Saúde e Urbanismo com auditores dessas áreas para discussão e definição de variáveis de análise.

Nos dias 10 e 11.12.20, foi realizado o evento de lançamento do Observatório, e promovido um seminário interinstitucional para discussão de indicadores nas áreas de Educação, Saúde e Urbanismo.

5.21 Programa Política de Comunicação

O programa tem como objetivo aprimorar a política de comunicação do TCMSP, estabelecendo diretrizes e mecanismos para que o fluxo das informações flua das diversas áreas do Tribunal para o setor de Comunicação, de onde serão compartilhadas ao público interno e externo (e-TCM 8575/2020).

Ao final de 2020, foi encaminhada a Minuta de Resolução de Política de Comunicação para apreciação superior, fundamentada nos referenciais estratégicos aprovados pela Resolução nº 12/2020.

5.22 Programa Cidadania em Contas

O programa visa aprofundar a relação do Tribunal com a população paulistana por meio da comunicação direta com suas instituições e organizações sociais, apresentando o trabalho realizado pela Auditoria e pela Escola de Contas, além dos cursos ofertados e os canais de comunicação por meio do Portal e da Ouvidoria do TCMSP (e-TCM 8454/2020).

O grupo de trabalho elaborou um Manual do Cidadania em Contas, no qual constam as etapas da realização do evento, desde a fase de preparação (agenda, equipamentos, materiais, logística dos participantes), a apresentação dos integrantes do grupo (SFC, Escola de Gestão e Contas, Assessoria de Imprensa, e Ouvidoria), e o fechamento do evento. A existência desse material auxiliará na continuidade do programa no decorrer do tempo, pois as equipes poderão consultar, atualizar e aprimorar os procedimentos nele previstos. O documento foi aprovado e disponibilizado no portal da Intranet do TCMSP.

5.23 Projeto Capacitação para utilização do IRIS

A ferramenta IRIS é um programa de acesso público que visa oferecer ao cidadão informações objetivas e confiáveis sobre os gastos da Prefeitura do Município disponibilizada no Portal do TCMSP. O projeto atua no sentido da transparência no trato da coisa pública da qual é requisito fundamental, e no estímulo ao exercício de controle social dos gastos públicos (e-TCM 8584/2020).

No escopo do projeto está a capacitação da sociedade para utilizar essa ferramenta, e foi definido que será disponibilizado um vídeo tutorial no Portal do TCMSP que apresente, passo a passo, todas as potencialidades contidas no IRIS. Para a produção do vídeo, serão utilizadas imagens das aulas expositivas sobre o tema ministradas na Escola de Gestão e Contas (EGC) do TCMSP por um dos participantes do processo de criação do sistema IRIS, o coordenador da C-VIII, Dílson Cruz (dias 10 a 12.03.20 – Curso Introdução ao Orçamento Municipal: uso de ferramentas digitais – IRIS).

Ao final de 2020, foi apresentado um Plano de Projeto à Assessoria de Imprensa do TCMSP com o objetivo de descrever, em perspectivas gerais, as atividades necessárias para que o Site IRIS passe por uma reformulação, ganhe novas funcionalidades, e dê um salto, tanto quantitativo quanto qualitativo, em termos de qualidade e variedade de informações disponibilizadas ao usuário final.

5.24 Programa Difusão e Promoção dos ODS

O Programa pretende promover de forma sistemática o alinhamento dos procedimentos internos e da atuação fiscalizatória do TCMSP com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 (e-TCM 8081/2020).

O grupo de trabalho elaborou um relatório contendo a análise e a compilação dos resultados de questionário aplicado aos coordenadores integrantes da estrutura de SFC (coordenadorias I a VII), e encaminhou para a SFC com o objetivo de contribuir com sugestões de temas para a elaboração do Plano Anual de Fiscalização de 2021 (PAF-2021).

5.25 Outros grupos de trabalho

Além dos grupos de trabalhos relacionados aos programas/projetos/ações do Plano Estratégico, outros grupos de trabalho já criados anteriormente desenvolveram atividades conforme segue.

5.25.1 Grupo de Estudos – Notificações

A Portaria 152/2019, alterada pela 329/2019, constituiu grupo de trabalho para avaliar os alertas emitidos pelo sistema ÁTOMO-RADAR, propor novos alertas, excluir aqueles que se mostrassem impróprios à finalidade a que se destinam e elaborar uma minuta de Resolução para regulamentação do uso dos alertas no processo fiscalizatório do TCMSP; a minuta encontra-se em apreciação pelos gabinetes dos Conselheiros. O grupo continua ativo, mas se reunirá apenas no caso de criação de novos alertas do RADAR.

Em 2020 foi publicada a Resolução nº 11/2020 que regulamentou a utilização do ARIEL – Análise e Rastreamento de Informações sobre Editais e Licitações, correspondente ao módulo de comunicação de registros emitidos pelo sistema ÁTOMO-RADAR.

5.25.2 Grupo de Estudos – Determinações

A portaria 169/2019, alterada pela 534/2019, constituiu grupo de trabalho para sistematizar e racionalizar o tratamento dado às determinações pendentes com objetivo de dar mais efetividade a seu cumprimento pelo Poder Executivo Municipal (e-TCM 88/2019). Ao final de 2020 a minuta do relatório estava na etapa final de elaboração, ainda com pontos sendo discutidos pelo grupo para alinhamento do trabalho.

5.25.3 Grupo de Estudos – Empresa Estatal Dependente

O grupo tem por objetivo a uniformização do critério para a conclusão pela dependência de empresa estatal, tendo em vista a escassa previsão legal sobre o tema. Foi realizada uma reunião em 2019 para divisão dos estudos que seriam necessários. No entanto, os trabalhos do grupo foram suspensos em decorrência de a Secretaria do Tesouro Nacional ter formado um grupo técnico para estudar como o tema vem sendo abordado em todos os Tribunais de Contas brasileiros, com a finalidade de normatizar, por meio da inclusão no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o critério a ser utilizado para a análise da situação de dependência das empresas estatais.

O Grupo de Entendimento Técnico continua suspenso, mas não foi encerrado em razão da necessidade de aguardar a conclusão da STN para verificar se sua abrangência solucionará toda a questão que se pretende uniformizar neste Tribunal.

5.25.4 Grupo Ambiental

Em 2019 a SFC analisou a possibilidade de reativação do Grupo Ambiental, e em 2020 houve a constituição do Grupo de Estudos (eTCM 003573/2020), com o objetivo de fixar diretrizes e avaliar os impactos da Lei Municipal nº 17.260/2020, que tem por objeto a disciplina da licitação sustentável nos processos licitatórios desta Corte de Contas, bem como na realização da sua missão de controle externo.

O grupo foi composto pelos seguintes servidores: Antonio dos Santos Silveira (RF 20.100), e Gisela Coelho Nascimento (RF 20.279), da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; Cláudio Vicente Paladino Barone (RF 781.616), da Subsecretaria Administrativa; Fernanda Sposito Roxo Picanço (RF 1.568), e Roberto Figueiredo Costa (RF 1.505), da Assessoria Jurídica de Controle Externo; Daniela Shimizu (RF 20.110), da Secretaria Geral.

No período de 2020, o grupo se reuniu em diversas datas conforme constam nas atas publicadas no eTCM 3573/2020, e fecharam o ano com uma minuta de relatório de análise encaminhada para apreciação da Alta Administração do TCMSP.

Além do grupo supra citado, com o projeto do Observatório de Políticas Públicas foi formado outro grupo que realizou um curso sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) chamado “Indicadores para cidades e comunidades sustentáveis: conceitos e enfrentamentos”, no período de 20.10 a 01.12.20, e no evento de lançamento do Observatório apresentou um seminário no dia 10.12.20 sobre “Indicadores na área de Urbanismo”.

5.26 Drones

Em 2020, com a impossibilidade de contratar serviços de fornecimento de imagens georreferenciadas por aeronaves remotamente pilotadas por meio da ARP 007/2019 (empresa Planetha Analysis Empreendimentos e Serviços Ambientais Ltda), o TCMSP efetuou a contratação de 02 missões junto à empresa Dronezoom Fimagens Aéreas – Eireli por meio do Termo de Contrato 07/2020 (e-TCM 666/2020), no valor total de R\$ 2.600,00.

As missões foram contratadas para captação de imagens de obras no pisciñão situado nas alças do Viaduto Aleomar Baleeiro e na Lagoa Aliperti, e obras públicas em andamento no entorno do Viaduto Aleomar Baleeiro, tais como canteiros de obras e obras auxiliares.

5.27 Motolink

No segundo semestre de 2020 ocorreu nova licitação para o serviço de *Motolink* tendo em vista o fim do prazo de vigência do contrato nº 06/2015. Foi vencedora a empresa SINAL VERDE, com a assinatura do Contrato nº 08/2020. Tomou-se o cuidado para não ocorrer a interrupção da disponibilidade entre um contrato e o outro, com emissão de ordem de serviço logo na primeira semana do início da vigência do novo contrato.

No ano de 2020 foram emitidas 13 ordens de serviço no valor total de R\$ 119.833,33 (e-TCM 760/2020 e 5593/2020), e as requisições de serviços foram destinadas a realizar filmagem integral para verificar eventuais obras ou intervenções em vias, sarjetas, sarjetões, logradouros, ciclofaixas, calçadas, e apoio à remoção.

5.28 Auditorias Transversais

Em 2019, a SFC iniciou a auditoria especial de caráter transversal, na área de vigilância. O objetivo da auditoria é identificar possíveis causas para o aumento de 653% no gasto da Prefeitura com vigilância entre 2005 e 2017 e para a concentração de empresas nesse setor, conforme relatado pelo Boletim da C-VIII.

Essa auditoria se encontrava em fase de execução ao final de 2020, limitando-se atualmente aos procedimentos que não demandam visitas presenciais, em função da pandemia. Os auditores da equipe ainda têm buscado conciliar esse trabalho com as demandas de suas respectivas coordenadorias. Os trabalhos estão sendo realizados sob a supervisão de SFC, contando com auditores de diversas coordenadorias (Rafael Paulillo – C-VI, Ana Mariko – C-II, Andreza Faganelli – C-III e Anselmo Rizante – C-V).

Ainda em 2020, iniciou-se a auditoria transversal com o tema “serviços de limpeza”. Na fase de conclusão da etapa de planejamento da auditoria, a equipe concluiu que a execução do trabalho seria melhor aproveitada se ocorresse após

o período da pandemia, pois a situação atual deve impactar na elaboração dos contratos de limpeza. A suspensão foi deferida pelo Conselheiro Relator, conforme peça 5 do TC 2882/2020.

5.29 Cursos e palestras ministrados

No decorrer de 2020, servidores da SFC apresentaram palestras, ministraram cursos e mediarão eventos relacionados ao aprimoramento das atividades de controle externo, nos quais os temas abordaram tanto aspectos operacionais do processo de auditoria, como ainda nas áreas do direito administrativo, gestão de políticas públicas, e o uso de ferramentas de tecnologia da informação para desenvolvimento das atividades de controle externo.

Entre as atividades realizadas, destacam-se:

- os eventos do Projeto Tardes de Conhecimento, que foram apresentados e mediados por auditores de controle externo tanto do TCMSP como de outros TCs, totalizando dez encontros ao longo de 2020 com temas voltados ao processo de auditoria e os princípios e diretrizes das NBASPs;
- o curso Auditoria no Setor Público com Ênfase no Controle Externo: teoria e prática, que foi ministrado pelo auditor Jorge de Carvalho e foi exclusivo para formação de auditores do TCMSP, com duração de 20h;
- a apresentação de *cases* de auditoria operacional do TCMSP nos eventos I Fórum Nacional de Auditoria (equipe do Gati), Tardes de Conhecimento – auditoria de conformidade sobre o sistema de bilhetagem eletrônica do município de São Paulo (equipe do Gati e da C-V), e de auditoria financeira com a apresentação de artigo no XXV Congresso Internacional do CLAD - Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (auditor Jorge de Carvalho);
- evento Tribunal do Futuro: atuação colaborativa dos Tribunais de Contas no enfrentamento à crise, no qual o Subsecretário da SFC Lívio Fornazieri apresentou

as estratégias adotadas pelo TCMSP para atuar de forma mais efetiva no período da crise da pandemia do novo coronavírus.

A lista completa de eventos consta no **Apêndice XX**.

5.30 Boas Práticas de Auditoria dos Tribunais de Contas do Brasil

Considerando as constantes necessidades de aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos utilizados nos produtos de fiscalização desenvolvidos pela Auditoria do TCMSP, torna-se relevante a realização de reuniões e seminários que visem trazer para o público interno boas práticas de auditoria desenvolvidas nos demais Tribunais de Contas do Brasil.

Em 2020, foram realizadas diversas atividades em colaboração com outros TCs, conforme segue.

- a) Grupo de Trabalho que tem por objetivo a propositura de minuta de Resolução, a ser apreciada pelos Conselheiros do TCMSP, com as normas para a celebração de Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) com gestores públicos e com terceiros interessados, para a regularização de condutas passíveis de correção (eTCM 008247/2019). Em 24.06.2020, foi realizada uma reunião virtual em parceria com técnicos do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), que expuseram a prática e a experiência daquela E. Corte de Contas na negociação, na assinatura e no monitoramento de mais de 500 (quinhentos) TAGs que já celebrou. A partir das discussões do grupo no decorrer do ano e da troca de experiência com os servidores do TCM-PA, foi elaborada a proposta de Resolução para ser apreciada pela Secretaria Geral.

- b) Grupo de trabalho que tem como objetivo a realização de “Estudo sobre o acompanhamento da execução dos julgados” (eTCM 008882/2020). Durante o segundo semestre de 2020, os integrantes do grupo se reuniram para discutir o estudo de modelos pesquisados em outros TCs sobre o

acompanhamento de julgados, e a partir da seleção daqueles considerados muito bons e que poderiam ser adotados pelo TCMSP, foram realizadas reuniões com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e com o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, com o objetivo de conhecer melhor os modelos utilizados por eles. A partir de 2021 o trabalho realizado pelo grupo será continuado no projeto "Modelo de acompanhamento das decisões proferidas pelo Tribunal", previsto no Plano Anual 2021 da Secretaria Geral conforme o eTCM 015493/2020.

- c) Grupo de trabalho do Projeto Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão (e-TCM 8798/2020). O projeto tem como objetivo identificar/desenvolver e implantar sistema de informação com a finalidade de otimizar o processo de protocolo, análise e homologação das aposentadorias e pensões. Durante o período de 2020, o grupo se reuniu por videoconferência com o TCM-RJ, TCE-MT, TCE-SC e TCE-SP para conhecer seus sistemas de informações voltados para atos de pessoal, inicialmente voltada a conhecer mais as ferramentas de fiscalização do sistema, métodos de coleta de dados e integração com outros sistemas e fluxo dos processos no Tribunal. Entre os modelos apresentados, identificou-se que o TCM-RJ e o TCE-SC possuem aspectos de fiscalização e fluxo de processos mais próximos do que a UTAP busca para seu sistema de informação.
- d) Grupo de trabalho do projeto Controle Prévio de Licitações (e-TCM 10086/2020). No período de 2020 o grupo se reuniu com representantes do TCE-CE, TCE-PR e TCU, para que estes compartilhassem a sua experiência com a implantação do controle prévio de licitações, etapas de análise, fundamentações legais utilizadas pelo TC, fluxos de trabalho, entre outros.

5.31 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

Os servidores da SFC participaram de diversas comissões e grupos de trabalho, tanto voltados para o desenvolvimento de atividades de âmbito administrativo como ainda para estudos relacionados ao Plano Estratégico do TCMSP.

Destacam-se os seguintes grupos e comissões criados em 2020:

- Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate ao COVID-19 (Portaria 144/2020, alterada pela Portaria 165/2020), Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao Covid-19 (Portaria 185/2020) e Grupo Técnico de Acompanhamento de Receitas e Despesas Orçamentárias (Portaria 185/2020, alterada pela Portaria 232/2020);
- Grupo Técnico interdisciplinar para promover a gestão do conhecimento referente às análises técnicas de Infraestrutura e Desestatização no âmbito da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (Portaria 386/2020 – 16.09.2020);
- Grupo de Trabalho, com o objetivo de regulamentar e viabilizar a implementação do regime de teletrabalho (home office) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Portaria 385/2020 – DOC 16.09.2020 – alt. Port 411/2020 – DOC 03.10.2020);
- Grupo de Estudos - apresentar à Presidência, pelo menos 02 modelos de acompanhamento de execução de julgados, visando a subsidiar a construção do modelo a ser proposto para o TCMSP previsto no projeto “Modelo de Acompanhamento da Execução dos Julgados” – eTCM 8882/2020 (Port. 348/2020 – DOC 27.08.2020 – alt. Port 470/2020 – DOC 07.11.2020);
- Grupo de Estudos, com o objetivo de fixar diretrizes e avaliar os impactos da Lei Municipal 17.260/2020, que tem por objeto a disciplina da licitação sustentável nos processos licitatórios desta Corte de Contas, bem como na realização da sua missão de controle externo (Portaria 137/2020 – DOC 11/03/2020);

- Grupo de Trabalho - regulamentar o controle prévio de processos de desestatização realizados pela Administração Pública Municipal, (privatizações de empresas, concessões e permissões de serviço público e contratações das Parcerias Público-Privadas (PPPs)- (Portaria 347/2020 – eTCM 10086/2020 – DOC 27.08.2020).

A listagem completa com todas as comissões e os grupos de trabalho constam no **Apêndice XX.**

5.32 Revisão do Regulamento Interno SFC

O Regulamento Interno SFC foi atualizado especialmente para atualizar a posição do GATI no organograma de SFC (não mais como vinculado à C-III, e sim diretamente vinculado à SFC), e algumas outras alterações estão sendo analisadas em relação à mudança das secretarias da prefeitura, pois isso impactará nas competências das coordenadorias da SFC.

6. ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A atuação interinstitucional da SFC prosseguiu em 2020 nas seguintes frentes: participação em fóruns; realização de trabalhos conjuntos com outros órgãos de fiscalização e controle, participação em eventos externos (presencial e remoto); celebração de novos acordos de cooperação e acompanhamento dos acordos de cooperação, termos e convênios em andamento.

6.1. Participação em Fóruns

- Fórum dos Secretários de Controle Externo dos Tribunais de Contas Brasileiros:

Em 2018, durante o Encontro Nacional dos Tribunais de Contas ocorrido na cidade de Florianópolis, reuniram-se pela primeira vez os Secretários de Controle Externo

dos Tribunais de Contas Brasileiros com o objetivo de trocar experiências e boas práticas.

Deste primeiro encontro, surgiu a criação de um Fórum Permanente dos Secretários de Controle Externo que passaram a realizar encontros periódicos e troca de informações utilizando diversas plataformas multimídias.

Em 2020, foram realizadas 3 (três) reuniões virtuais do Fórum de Secretários de Controle Externo para discussão de temas relacionados à pautas do CNPTC – Colégio Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas; Atricon – Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil; IRB – Instituto Rui Barbosa e também relacionados à fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas.

O Subsecretário de Fiscalização e Controle tem atuado como um dos coordenadores deste Fórum.

- Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo – FOCCO-SP: Por meio da Coordenadoria VIII, o TCMSP coordena a Ação 5 do FOCCO-SP, que visa o fomento à articulação interinstitucional como forma de compartilhar as bases de dados entre as instituições participantes de controle e fiscalização.

Participa como colaborador na Ação 4 que trata do fomento aos serviços de inteligência, investigação e atuação interinstitucional no combate à corrupção e à sonegação fiscal. Em 2020, devido à Pandemia da COVID-19, não foram realizadas as reuniões mensais das Ações 4 e 5.

O TCMSP também participa da Ação 8 do FOCCO-SP que trata da implantação do projeto, em nível nacional, denominado “Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e Corrupção - Avaliação da Suscetibilidade à Corrupção nas Organizações Públicas”, cujo objetivo é fortalecer os instrumentos de governança, integridade e controle no setor público, nos três entes e nos três poderes.

Esta ação está sob a coordenação conjunta da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado de São Paulo (Secex-TCU) e da Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP), com a participação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e de outros órgãos de controle federais, estaduais e municipais.

Devido à Pandemia da COVID-19, a implantação do projeto “Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e Corrupção”, em nível nacional, foi suspensa em março de 2020 e programada para ocorrer em 2021.

O TCMSP, por meio da Coordenadoria VIII, participou de forma presencial e remota das 4 (quatro) Reuniões Plenárias do FOCCO-SP realizadas em 2020, sob a Secretaria Executiva do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo – MPC-SP.

- Fórum de Gestão Compartilhada – FGC do 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018/2020: Desde julho de 2018, o TCMSP participa por meio da Coordenadoria VIII do Fórum de Gestão Compartilhada do 2º Plano de Ação em Governo Aberto, uma iniciativa do *Open Government Partnership* que reúne órgãos públicos municipais e entidades da sociedade civil com o objetivo de fomentar a participação da sociedade civil na administração do Município.

- Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM - Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon): Ao longo do ano, o TCMSP, por intermédio da Coordenadoria VIII, participou de diversas reuniões remotas relativas à implantação, validação remota e divulgação do IEGM, iniciativa liderada pelo Instituto Rui Barbosa - IRB que busca oferecer a população uma avaliação qualificada da atuação dos executivos municipais.

- Rede Nacional de Informações Estratégicas - Rede Infocontas (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon e Instituto Rui Barbosa - IRB): O TCMSP participou de diversas reuniões de modo remoto, relativas a trabalhos

conjuntos realizados com os 33 (trinta e três) Tribunais de Contas brasileiros em temas relacionados à Pandemia da COVID -19.

6.2. Realização de Trabalhos Conjuntos

- Auxílio emergencial: TCMSP, CGU e CGM

Celebração da Nota Técnica Conjunta nº 2/2020/São Paulo entre o TCMSP e a CGU contendo relação dos agentes públicos municipais, ativos e inativos do município de São Paulo que teriam recebido indevidamente o auxílio emergencial do governo federal. Em agosto de 2020 foram realizadas reuniões, com a Controladoria Geral do Município (CGM), Procuradoria Geral do Município (PGM), Secretaria Municipal de Gestão (SMG), Instituto de Previdência Municipal (IPREM) e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) para definir as medidas a serem adotadas pelos órgãos presentes nos casos em que se confirmar o recebimento indevido de tal auxílio.

- Parceria TCMSP, TCU e Atricon (Rede Infocontas)

Trabalho conjunto com a participação, em âmbito nacional, dos 33 (trinta e três) Tribunais de Contas, para promover um levantamento de dados sobre a aplicação dos recursos repassados pela União e de recursos próprios dos Estados e Municípios em ações orçamentárias específicas relativas à pandemia da COVID - 19.

- Parceria TCMSP e Atricon (Rede Infocontas)

Trabalho conjunto de produção de conhecimento sobre a “Aquisição de Equipamentos Médicos na Pandemia de Coronavírus” (Portaria Atricon nº 04/2020 de 15.6.2020) com a participação de 24 (vinte e quatro) Tribunais de Contas Estaduais, dos Municípios e Municipais, com apoio do TCU no ambiente LabContas.

- Parceria TCMSP e TCU: Cargos em comissão

Por solicitação do TCU, o TCMSP realizou levantamento dos servidores das administrações direta e indireta do Município de São Paulo que ocupam cargos em comissão ou de confiança.

- Parceria TCMSP e TCU: Transferências do governo federal

Por solicitação do TCU, o TCMSP realizou levantamento das transferências do governo federal para o município de São Paulo e as aquisições realizadas com tais recursos.

- Parceria TCMSP e CGM: SISPATRI e DIÁLOGO

Foram realizadas duas capacitações com a equipe da CGM responsável pela implantação do DIÁLOGO naquele órgão.

- Parceria TCMSP e CGM: ARIEL

Realizados entendimentos para implantação do programa de acompanhamento junto aos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) dos alertas emitidos pelo ARIEL.

- Indicação de dois servidores da SFC para cadastramento da autorização no CADPREV e transmissão da base de dados via CNIS, em atendimento ao Ofício nº 049/2020 - GAB - PRES/ATRICON - Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social (SIG-RPPS) solicitada pela Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS do Ministério da Economia.

6.3. Participação em Eventos e Cursos Externos

Além dos eventos promovidos pelo TCMSP por meio da sua Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, as equipes puderam participar de eventos externos relacionados à atuação dos Tribunais de Contas para aprimorar seus conhecimentos. E como praticamente todos foram ofertados pelos meios virtuais, a possibilidade de participação dos interessados foi ampliada de forma considerável, reduzindo custos com diárias/passagens/etc, e proporcionando maior número de profissionais capacitados em comparação a eventos presenciais.

A listagem completa com todos os eventos externos que as equipes da SFC tiveram a oportunidade de participar constam no **Apêndice XX**.

Os eventos externos foram voltados a temas de extrema importância aos Tribunais de Contas no momento atual, tais como o desenvolvimento de auditorias baseadas em risco, quantificação de benefícios gerados pela atuação do controle externo,

avaliação de políticas públicas, e o uso de ferramentas de tecnologia da informação para aprimorar as auditorias realizadas pelos órgãos fiscalizadores.

Destaca-se ainda a participação de servidores da Coordenadoria VIII nos eventos externos destacados a seguir, porém sem a emissão de certificado de participação pelo órgão promotor do evento:

- Em 14.4.2020, apresentação da ferramenta online “Obras Públicas Abertas” pelas Secretarias Municipais da Fazenda (SF), Infraestrutura Urbana (SIURB) e Desenvolvimento Urbano (SMDU), Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (Prodam) e Controladoria Geral do Município (CGM).

- Em 17.7.2020, realização do webinar: “Regionalização e Orçamento” promovido pela Secretaria Municipal da Fazenda - SF.

- Em 13.8.2020, lançamento da plataforma digital “Avicena” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP.

- Em 23.9.2020, realização do “Ciclo de Estudos de Inteligência: Estado da Arte e Competências para os Profissionais de Inteligência” promovido pela Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE/RJ.

6.4. Acordos de Cooperação Técnica, Termos e Convênios em andamento

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE: Celebrado em 26.10.16, o termo visa à cooperação técnica e operacional entre o TCMSP e aquela instituição.

- Secretaria de Previdência – SPREV do Ministério da Fazenda – MF: Celebrado em 19.01.18, tem por objeto a cooperação técnica entre a SPREV/MF e o TCMSP, visando sistematizar o intercâmbio de informações na área de auditoria previdenciária para o aprimoramento da orientação, acompanhamento, controle e supervisão da gestão dos regimes próprios de previdência social – RPPS jurisdicionados.

- Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho SPPE/MTE: Celebrado em 05.10.18, visa à cooperação técnica objetivando a disponibilização de acesso à base de dados da relação anual de informações sociais – RAIS de empresas e entidades de todo o território nacional, mantido pelo MTE, com a finalidade exclusiva de defender o patrimônio público e combater a corrupção no âmbito da administração pública do município de São Paulo.
- Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP: Celebrado inicialmente em 19.12.13, o convênio tem por objeto propiciar a transferência de informações do banco de dados do cadastro estadual de empresas da JUCESP. Em dezembro de 2018, foi celebrado outro termo de igual teor com vigência até o final de 2023.
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Convênio celebrado em 21.05.19 visa o intercâmbio de dados que aperfeiçoem o trabalho das instituições. O convênio tem por objetivo o acesso ao sistema ÁTOMO-RADAR deste tribunal e, por parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, disponibilização do acesso ao sistema AUDESP, bem como da base de dados de fornecedores apenados.
- Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP: Termo de Cooperação Técnica firmado em 25.03.10 entre diversos órgãos públicos e entidades no estado de São Paulo, com o objetivo de articular ações de fiscalização, combate a corrupção e controle social (FOCCO-SP).
- Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP: Termo de Cooperação Técnica nº 51/2018 celebrado em 04.12.2018. O termo consiste na atuação integrada dos órgãos e concessão, por parte do TCMSP, do acesso ao sistema ÁTOMO-RADAR, e, por parte do Ministério Público, ao SIS-MP.
- Instituto Rui Barbosa – IRB: Celebrado em 13.07.16, como adesão ao Acordo de Cooperação Técnica e operacional 1/2016, cujo objeto é o estabelecimento da rede nacional de indicadores públicos – REDE INDICON, com a finalidade de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública

brasileira, boas práticas e o conhecimento deles advindos na avaliação da gestão pública, bem como auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON e Instituto Rui Barbosa – IRB: Assinado em 22.09.16, como adesão à rede nacional de informações estratégicas para o controle externo – INFOCONTAS, cujo objeto é estabelecer a cooperação técnica entre os partícipes, visando o intercâmbio de dados e conhecimento.

- IRB, Secretaria do Tesouro Nacional - STN e ATRICON: O TCMSP aderiu ao acordo de cooperação técnica nº 01/2018, que visa fomentar a transparência da gestão fiscal, apoiar o exercício do controle social, racionalizar os custos de controle e regulação, reduzir as divergências e duplicidades de dados e informações, promover a transferência de conhecimentos e harmonizar conceitos e procedimentos entre os entes governamentais na aplicação de normas atinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal.

- Tribunal de Contas da União – TCU: Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 12.08.14 e prorrogado a partir de 04.09.19 por mais 60 (sessenta) meses tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre o TCU e o TCMSP para fiscalizar a aplicação de recursos públicos nos órgãos e entidades do Município de São Paulo, bem como para realizar intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento, e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesses comuns.

- Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB: Convênio celebrado em 15.10.19 tem por objeto o fornecimento ao TCMSP de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas e econômico-fiscais agregadas de órgãos públicos, constantes dos cadastros da RFB, a facilitação das atividades de fiscalização da

RFB no âmbito das Secretarias, Coordenações, Inspeorias e demais unidades do TCMSP, ou unidades congêneres às descritas, e o fornecimento pelo TCMSP à RFB de informações contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais da Administração Direta e Indireta de seus órgãos jurisdicionados.

- Procuradoria Geral do Município de São Paulo – PGM: Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2019 celebrado em 11.07.19 objetiva o intercâmbio de dados e a conjugação de esforços para o aperfeiçoamento do trabalho das instituições.

O termo consiste no intercâmbio célere de informações para o desenvolvimento de ações conjuntas e isoladas de apuração e controle de atos de corrupção, ilegalidades e desvios na gestão pública, assim como apuração e repressão à prática de fraudes fiscais, franquear o acesso aos Sistemas ÁTOMO-RADAR e ÁTOMO-ÁBACO pelo TCMSP e, por parte da PGM, a cessão de uma licença para uso do banco de dados de inteligência de negócios adquirido pela PGM da NEOWAY TECNOLOGIA INTEGRADA ASSESSORIA E NEGÓCIOS S.A. e o acesso à base de dados do Sistema da Dívida Ativa visando à integração de suas informações ao ÁTOMO-RADAR.

- Controladoria Geral do Município – CGMSP: Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2019 celebrado em 29.10.19 objetivando o intercâmbio de dados e a conjugação de esforços para o aperfeiçoamento do trabalho das instituições.

O termo consiste na troca de informações constantes de bancos de dados e, por parte do TCMSP, franquear acesso aos Sistemas ÁTOMO-RADAR e ÁTOMO-ÁBACO e, por parte da CGM, colaborar com a realização de procedimentos de fiscalização que tenham por base informações contidas no Sistema Átomo e compartilhar os resultados de fiscalizações obtidas com base nos dados dos sistemas compartilhados.

- Controladoria Geral da União – CGU e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON: Termo de Adesão pelo TCMSP à Rede Nacional de Ouvidorias, assinado em 10.10.19 cujo objeto é integrar as ações de simplificação

desenvolvidas pelas unidades de ouvidorias dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como parte da meta inclusa no Plano de Trabalho constante do Anexo I do Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, celebrado entre a União, por meio da Controladoria Geral da União – CGU e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, Instituto Rui Barbosa – IRB, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP: Termo de Adesão, assinado em 27.3.2018, ao Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2017, visando ao estabelecimento de ações relativas à criação e utilização do Módulo de Controle Externo (MCE) para validação dos dados constantes do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON: Convênio Plurilateral de Cooperação e Colaboração Técnica nº 001/18, celebrado entre os Tribunais do Brasil, inclusive este Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, cujo objeto consiste na cooperação e colaboração entre os signatários para o desenvolvimento de atividades de natureza técnica e científica com vistas ao fortalecimento da integração, modernização e aprimoramento dos Tribunais, bem como defesa das competências, prerrogativas e interesses institucionais, conforme detalhado no Instrumento de Convênio, Termo Individual de Adesão e Plano de Trabalho, com vigência até 31.12.19.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON e TCMSP: O objeto é a celebração de termo de adesão ao Marco de Medição de Desempenho – Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-QATC.

- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC e TCMSP: Em 3.2.2020 foi celebrado entre o TCMSP e a Central Notarial de Serviços

Eletrônicos Compartilhados - CENSEC o acesso no modo consulta ao banco de dados da Central de Escrituras e Procurações (CEP) e da Central de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) lavrados em todos os cartórios do Brasil.

- Central de Atos Notariais Paulista – CANP e TCMSP:

Em 3.2.2020 foi celebrado entre o TCMSP e a Central de Atos Notariais Paulista (Seção São Paulo) o acesso no modo consulta ao banco de dados da Central de Escrituras e Procurações (CEP) e da Central de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) lavrados em todos os cartórios do Estado de São Paulo.

- Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN BRASIL e TCMSP:

Em 9.6.2020 foi celebrado Termo de Convênio entre o TCMSP e a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais que administra o CRC Nacional – Central do Registro Civil Nacional e que disponibiliza para consulta os registros de nascimento, o casamento e o óbito no território nacional.

- Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN-SP e TCMSP:

Em 9.6.2020, foi celebrado Termo de Convênio entre o TCMSP e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo e disponibiliza para consulta os registros de nascimento, casamento e óbito no estado de São Paulo.

- Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos – CDT e TCMSP:

Em 8.6.2020 foi celebrado Convênio entre o TCMSP e o Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos – CDT para fins de disponibilização de mecanismos de consulta a informações contidas no Registro de Pessoas Jurídicas da Capital do Estado de São Paulo. Reúne informações cadastrais de: Sociedade simples pura, Sociedade simples Ltda, EIRELI simples, Cooperativa, Associação, Fundação, Sindicato e Entidade religiosa.

- Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – ARISP e TCMSP:

Em 8.5.2020 foi celebrado Termo de Convênio de Cooperação entre o TCMSP e a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo para utilização da Central Eletrônica de Registro de Imóveis.

Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP e TCMSP:

Em 10.12.2020 foi celebrado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP Protocolo ao Termo de Cooperação Técnica nº 51/2018 visando à cooperação mútua em ações de fiscalização dos atos e contratos relativos ao enfrentamento da situação emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

- Controladoria Geral do Município de São Paulo – CGM e TCMSP:

Em 2.7.2020 foi celebrado o Termo de Cooperação entre a Controladoria Geral do Município – CGMSP e o TCMSP para o compartilhamento do SISPATRI (sistema de controle de bens patrimoniais dos agentes públicos do Município de São Paulo) da CGMSP e do DIÁLOGO do TCMSP.

- Controladoria Geral do Município de São Paulo - CGM e TCMSP:

Em 9.12.2020 foi celebrado entre a Controladoria Geral do Município – CGM e o TCMSP Termo de Cooperação, com vistas à formalização das comunicações relacionadas ao Sistema Ariel, por força do art. 5º da Resolução TCM-SP nº 11/2020.

- Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – Ibraop e TCMSP:

Em 21.10.2019 foi celebrado o Termo de Filiação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP, ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – Ibraop, cujo objeto visa desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como uniformizar entendimentos por meio da elaboração de orientações técnicas e procedimentos de auditoria de obras públicas, reuniões técnicas, cursos, capacitações e eventos técnicos na área de Auditoria de Obras Públicas, entre outros.

- Instituto Rui Barbosa – IRB, Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) e TCMSP:

Em 12.5.2020 foi autorizada pelo Conselheiro Presidente do TCMSP a adesão Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2020, celebrado entre o IRB e o IEDE em 15.4.2020, cujo objeto é a cooperação para atuação conjunta com os Tribunais de Contas brasileiros dentro do escopo do projeto "A Educação não pode esperar", que visa ao monitoramento dos recursos financeiros aplicados durante o período de

suspensão de aulas na rede pública de educação básica, ao acompanhamento da distribuição da merenda escolar, bem como à fiscalização das ações das redes de ensino, no intuito de minimizar os impactos negativos à educação básica decorrente das ações de enfrentamento ao novo coronavírus.

- Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC e TCMSP: Em 10.6.2020, o TCMSP aderiu ao uso Sistema Nacional de Questionários Eletrônicos - SINAQUE - COVID-19, desenvolvido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM-GO, e disponibilizado pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, cujo objeto é a aplicação de questionário para levantamento e divulgação de dados nacionais sobre a atuação dos jurisdicionados no período de pandemia para auxílio às ações de fiscalização dos Tribunais de Contas.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, Instituto Rui Barbosa - IRB, Tribunal de Contas da União - TCU e Tribunal de Contas do Município de São Paulo -TCMSP:

Em 6.2.2020, o TCMSP aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica – Integrar celebrado em 17.10.2018 entre a ATRICON, IRB e TCU com o objetivo de realizar estudo relativo ao aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados: Auditorias Baseadas em Resultados, com apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

- Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE/SP e TCMSP:

Em 22.9.2020 foi celebrado entre o TRE/SP e o TCMSP Acordo de Cooperação para auxílio técnico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP no exame das prestações de contas de exercício financeiro das direções partidárias do município de São Paulo.

O presente acordo tem por objeto a prestação de auxílio técnico, ao Juízo da 6ª Zona Eleitoral, com vistas a realizar o exame das 69 prestações de contas dos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, referentes às direções partidárias do município de São Paulo, por servidores do TCM, no período de 08.09.2020 a 05.03.2021, em conformidade com o art. 34, § 2º da Lei 9.096/95.

- Instituto Rui Barbosa - IRB e TCMSP:

Em 15.9.2019 foi celebrado entre o Instituto Rui Barbosa - IRB e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP o Termo de Adesão nº 34 que dispõe sobre a adesão dos Tribunais de Contas ao Instituto Rui Barbosa - IRB.

- Controladoria Geral da União - CGU, Ministério da Cidadania, Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo e TCMSP:

Em 8.7.2020 foi emitida Nota Técnica Conjunta nº 2/2020/São Paulo que contemplou os resultados do trabalho conjunto realizado entre o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e a Controladoria Geral da União - CGU sobre o cruzamento de dados referentes aos pagamentos do Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982/2020, de 2.4.2020, considerando os beneficiários deste Auxílio e os agentes públicos municipais, ativos e inativos do município de São Paulo.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, Tribunal de Contas da União - TCU e TCMSP:

Em 10.10.2019 foi celebrado Termo de Adesão do TCMSP à Rede Nacional de Ouvidorias por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, de 26.4.2019 celebrado entre a União, por meio da Controladoria-Geral da União, e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, cujo objeto é a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Instrução Normativa nº 03/2019, do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, instituído pela Portaria CGU nº 1864, de 24 de outubro de 2016, e do Programa de Formação Continuada, instituído pela Instrução Normativa 06/2018, alterada pela Instrução Normativa nº 16/2018.

6.5. Acordos de Cooperação Técnica, Termos e Convênios em tratativas

- Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRFB, DataPrev e TCMSP:

Em 3.6.2020, a SRFB aprovou o acesso do TCMSP aos dados constantes da base de CPF (e-Dossiê nº 10.265.129937/2020-61). Os dados do CPF serão fornecidos ao TCMSP pela DataPrev mediante a tecnologia de Blockchain e a constituição de

um banco de dados Postgre que armazenará os dados do CPF no ambiente de produção do TCMSP. Após a autorização da SRFB, o TCMSP deverá celebrar com a DataPrev o contrato de adesão para a prestação de serviços de extração dos dados do CPF.

Em 17.12.2020, a SRFB aprovou o acesso do TCMSP aos dados constantes da base de CNPJ (e-Dossiê nº 10.265.129937/2020-61). Os dados do CNPJ serão fornecidos ao TCMSP pela DataPrev mediante a tecnologia de Blockchain e a constituição de um banco de dados Postgre que armazenará os dados do CNPJ no ambiente de produção do TCMSP. Após a autorização da SRFB, o TCMSP deverá celebrar com a DataPrev o contrato de adesão para a prestação de serviços de extração dos dados do CNPJ.

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon e TCMSP: Ofício nº 083/2020 do Gab - Pres/Atricon de 30.06.2020 com a finalidade de dar conhecimento ao “Sistema Nacional de Controle Orientado de Obras Públicas,” que almeja garantir infraestrutura de tecnologia de abrangência nacional, através de termos de cooperação técnica, com o objetivo de compartilhar sistemas, aparatos tecnológicos e capacitação de pessoal.

- Secretaria Municipal da Fazenda - SF e TCMSP:

A partir de julho de 2020, a Secretaria Municipal da Fazenda – SF e o TCMSP estão em tratativas com o objetivo de compartilhar o acesso às NF-e emitidas pela Prefeitura do Município de São Paulo "em suas aquisições de bens e serviços e às NF-e emitidas em nome daqueles que recebem recursos públicos para prestar serviços em substituição ao Estado, como é o caso, dentre outras, das organizações sociais que atuam nas áreas da saúde, educação, assistência social”.

7. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Sempre em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), em 2020 a Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC), mediante a Coordenadoria VIII, realizou avanços no desenvolvimento de sistemas de informação voltados para a fiscalização e que têm beneficiado todas as áreas do TCMSP.

Segue uma síntese dos principais avanços:

7.1 **Sistemas Internos**

a) *DIÁLOGO*:

- ✓ Implantação da nova versão para controle das determinações e recomendações oriundas dos relatórios de função.
- ✓ Desenvolvimento da versão para controle de toda e qualquer determinação e recomendação emitida pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

b) *RADAR*

- ✓ Serviços diversos relativos à manutenção das bases de dados, tais como a correção de PAs e a inclusão de apenados, não presentes no SIGSS.
- ✓ Criação de um módulo de consulta exclusivo para pesquisa de licitações e contratações vinculadas à COVID.
- ✓ Implantação do ARIEL e de novas tipologias de análise automatizada de irregularidades nos editais.
- ✓ Inclusão da base RAIS - em fase final de homologação.

c) *IRIS*

- ✓ Semelhantemente ao módulo implantado no RADAR essa finalidade consiste em um módulo de consulta exclusivo para pesquisa de licitações e contratações vinculadas à COVID.

d) *ÁBACO*

- ✓ Desenvolvimento da nova versão voltada para o cálculo de proporções e de gastos e de receitas - em fase final de homologação,

e) *Panorama*

- ✓ Emissão do formulário de férias no próprio sistema.

- ✓ Suporte aos usuários.
- f) *SEI*
 - ✓ Criação de novas áreas exclusivas do TCMSP.
 - ✓ Entendimentos para que o SEI permitisse ao TCMSP tramitar documentos.
 - ✓ Concessão de acesso para diversos servidores do TCMSP.

7.2 Acesso a sistemas e bases de dados de outras entidades

- a) *SISOB – Sistemas de Óbitos Nacional*: reúne informações sobre os óbitos ocorridos no Brasil – tal acesso é fruto do acordo de cooperação firmado com essa entidade.
- b) *CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados*: o acesso ao banco de dados da Central de Escrituras e Procuções (CEP) e da Central de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) lavrados em todos os cartórios do Brasil.
- c) *CANP – Central de Atos Notariais Paulista (Seção São Paulo)*: acesso ao banco de dados da Central de Escrituras e Procuções (CEP) e da Central de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) lavrados em todos os cartórios do Estado de São Paulo.
- d) *ARPEN BRASIL – Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais*: que administra o CRC Nacional – Central do Registro Civil Nacional acesso para consulta os registros de nascimento, o casamento e o óbito no território nacional – aguarda providências da ARPEN para efetivação do acesso.
- e) *CDT – Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos*: para fins de disponibilização de mecanismos de consulta a informações contidas no Registro de Pessoas Jurídicas da Capital do Estado de São Paulo. Reúne informações cadastrais de: Sociedade simples pura,

Sociedade simples Ltda, EIRELI simples, Cooperativa, Associação, Fundação, Sindicato e Entidade religiosa.

- f) *ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo*: para utilização da Central Eletrônica de Registro de Imóveis.
- g) *SISPATRI – Sistema de controle de bens patrimoniais dos agentes públicos do Município de São Paulo*: o acesso a esse sistema – que, como diz o nome, controla o patrimônio dos servidores – decorreu do acordo de cooperação firmado com a CGM e da cessão do DIÁLOGO para esse órgão.

8 RECURSOS HUMANOS

A quantidade de servidores de fiscalização variou de 141 em 2019 para 142 em 2020. Essa variação foi insuficiente para recuperar o quantitativo de 2018 que era de 154. A queda ocorrida entre 2019 e 2020 foi decorrente da exoneração de servidores do TCMSP para tomar posse em outros concursos e pela cessão de servidores a outras unidades do Tribunal de Contas.

Houve uma queda dos dusfs realizados de 33.081 em 2019 para 32.482 em 2020 em razão da diminuição de dias úteis causada pela pandemia.

Quadro XX: Variação de Dusfs ao longo de 2020

Disponibilidade de Recursos	Previsto no PAF 2020	Realizado (jan a dez)	Variação
Servidores de Fiscalização ⁽¹⁾	147	142	-3,4%
Dusfs ⁽²⁾	33.209 ⁽³⁾	32.482 ⁽³⁾	2,2%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF / Consulta Gerenciamento de Pessoal

⁽¹⁾ Não incluem os ATFs que não realizam atividade de fiscalização.

⁽²⁾ Incluem horas extras e excluem o produto Apoio Técnico EXPEDIENTE

⁽³⁾ Resultado da somatória do nº de dias úteis de cada servidor de fiscalização. Não resulta, portanto, da multiplicação do nº de dias úteis pelo nº de servidores.

9 PLANEJAMENTO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E INDISPONIBILIDADES

Em complementação à capacitação ofertada em eventos externos, destaca-se no período de 2020 diversos cursos e palestras relacionados à atividade de controle externo, ofertados pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP em parceria com a Subsecretaria de Fiscalização e Controle, com a área de Gestão das Relações de Trabalho e com a Associação dos Auditores de Controle Externo do TCMSP. A listagem completa dos cursos internos que contaram com a participação dos servidores de SFC consta no Apêndice XX.

Quadro 17: Dusfs para planejamento, treinamentos, indisponibilidades e gerenciamento

ATIVIDADE	PREVISTO	REALIZADO	REALIZADO	
			Nº	%
Planejamento	2.353	1.276	-1.077	54%
Treinamentos	1.148	989	-159	86%
Indisponibilidades	4.225	4.151	-74	98%
Gerenciamento	5.064	5.154	90	102%

Fonte:
ÁTOMO-PANORAMA /
Desdobramento do PAF &
Consulta de tarefas

10 DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

O demonstrativo a seguir exclui os processos de aposentadorias e pensões. **Quadro 18: Movimentação de processos em 2020**

Unidade de fiscalização	2019	2020			Var. 2020-2019	
	SALDO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO	Qtde.	%
COORDENADORIA I	47	266	282	31	-16	-34%
COORDENADORIA II	73	463	422	114	41	56%
COORDENADORIA III	254	169	300	123	-131	-52%
COORDENADORIA IV	58	450	472	36	-22	-38%
COORDENADORIA V	128	387	421	94	-34	-27%
COORDENADORIA VI	137	236	244	129	-8	-6%
COORDENADORIA VII	165	328	451	42	-123	-75%
COORDENADORIA VIII	18	24	19	23	5	28%
SFC	69	2.016	2.054	31	-38	-55%
TOTAL	949	4.339	4.665	623	-326	-34%

Fonte: eTCM

Posição em dezembro/2019

11 CONCLUSÃO

O ano de 2020 foi marcado pela consolidação do desenvolvimento das atividades de fiscalização de modo remoto. Com o advento da pandemia do Covid-19, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, o cenário imposto à toda sociedade foi desafiador. No âmbito da auditoria, diversas adaptações foram necessárias em decorrência da medida de distanciamento social, conduzindo a uma ampliação na utilização de ferramentas tecnológicas para coleta de dados e impressões sobre a realidade auditada.

Vale ressaltar que muitas atividades foram relacionadas justamente ao momento de crise que a sociedade enfrenta com o estado de calamidade pública, bem como aos desafios enfrentados pelo controle externo no país com a crise provocada pela pandemia.

A SFC também teve grande preocupação com a implantação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) nos seus processos de trabalho, capacitando os servidores para o uso das normas que propiciam maior credibilidade, qualidade, profissionalismo e eficácia aos trabalhos de auditoria, pois enumeram princípios comportamentais e técnicos que devem ser seguidos pelos auditores governamentais durante todo o curso do processo desenvolvido.

Além das atividades de capacitações voltadas ao processo de auditoria e à qualificação dos trabalhos por meio da adoção das metodologias propostas nas NBASPs, eventos relacionados a políticas públicas também receberam destaque na programação ofertada ao longo do ano de 2020, alinhando a estratégia de capacitações às competências profissionais da área de controle externo no país.

Como praticamente todos os eventos promovidos para capacitações foram ofertados pelos meios virtuais (canais do YouTube, Facebook, etc), não apenas as equipes técnicas da SFC se beneficiaram dos conhecimentos abordados, mas profissionais de todo o país puderam participar e colaborar com as discussões, o que enriquece o aprendizado, agrega maior valor às atividades propostas e estimula o intercâmbio de experiências e informações entre servidores dos Tribunais de Contas.

Internamente, o destaque foi para expressiva produtividade durante o período de teletrabalho, a utilização de ferramentas tecnológicas no auxílio às atividades de fiscalização e o avanço nos projetos de melhoria da SFC, em especial àqueles relacionados ao planejamento estratégico.

Por fim, o amplo acesso a bases de dados, a emissão de notas técnicas, e a promoção de eventos relevantes para o controle externo, tornou o TCMSP uma

referência, não apenas entre os tribunais de contas, mas também entre entidades de controle de diversos poderes e esferas de governo.

Em 22.01.2021

LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI

Subsecretário de Fiscalização e Controle